

Conselho de Ministros discutiu crise escolar

APÓS o início de um movimento estudantil de caráter nacional, o Conselho de Ministros discutiu a crise escolar...

Listas de candidatos despertam atenção

As listas de candidatos para as eleições municipais de 1976 despertaram a atenção dos eleitores...

Novo jornal expõe ideário

O novo jornal "A Manhã" apresenta um ideário baseado na defesa da democracia e da liberdade de expressão...

Novas distribuidoras do EXPRESSO

CONFORME anúncio no último número, O EXPRESSO é distribuído em todo o Brasil...

Associação de Comandos arranca em semana de vigilância

A Associação de Comandos de Defesa Civil iniciou uma semana de vigilância para conscientizar a população...

Quilo de açúcar aumenta 10\$00

O preço do açúcar aumentou 10% devido à redução da produção mundial...

MFA e Partidos:

Começa hoje

2.ª fase das negociações

As negociações entre o MFA e os partidos políticos entraram na segunda fase...

Definitivo

Os acordos alcançados são considerados definitivos e representam um avanço significativo...

Previsão

Os especialistas fazem previsões otimistas sobre o futuro das negociações...

Comitê de Extinção da PEDE:

Demissões param caso Delgado?

O Comitê de Extinção da PEDE discute a possibilidade de demissões em caso de Delgado...

As discussões continuam acesas, com argumentos de ambos os lados sobre a situação política...

Continuação do texto sobre negociações e situação política, abordando os pontos de vista dos envolvidos.

Comitê de Extinção da PEDE:

Demissões param caso Delgado?

Continuação do texto sobre o caso Delgado e as implicações para o Comitê de Extinção da PEDE.

Conclusões e perspectivas futuras das negociações e da situação política.

Movimento grevista nos liceus

Governador do Banco de Portugal

Relato sobre o movimento grevista nos liceus e a nomeação do novo governador do Banco de Portugal.

Internacional Socialista: "diálogo de surdos"

fala-nos sobre o controle do Estado

Declarações da Internacional Socialista sobre o diálogo de surdos e o controle do Estado.

Anta de Acção Social francesa organizações fascistas nacionais e estrangeiras

Relato sobre a Anta de Acção Social francesa e suas atividades em organizações fascistas.

Delegação da Frente em Lisboa: Impossível governar Moçambique sem controlar o BNU

Declarações da delegação da Frente em Lisboa sobre a impossibilidade de governar Moçambique sem controlar o BNU.

Advertisement for OMEGA Speedmaster watches, featuring images of the watches and the text 'e relógio usado nas viagens espaciais'.

## 24 horas em notícia

### Conselho de Ministros discutiu crise escolar

«PODE DIZER-SE que abordámos assuntos relativos ao problema educacional», disse ao EXPRESSO o ministro da Educação e Cultura, à saída do Conselho de Ministros, que se prolongou até cerca das 21 e 30 de ontem. «Debatemos o que se passa neste momento no nosso País no que toca às avarias no ensino, e que nos traz muito preocupados. Esta discussão está ainda por terminar, por isso não posso adiantar mais nada», disse-nos ainda.

Vinse Alves sobre o mesmo tema afirmou-nos "não ter sido possível chegar-se a nenhuma conclusão devido à complexidade do assunto, e que a sua discussão proseguiria hoje, fora, no entanto, do âmbito do Conselho de Ministros, embora não lhe fosse possível esclarecer quem tomaria parte nela." E continuou: «Para além de ter sido focada a situação no ensino secundário, foi também feito um esboço de diagnóstico sobre o actual panorama do ensino superior, embora, evidentemente, seja o ensino secundário aquilo que nos preocupa hoje fundamentalmente».

Entretanto o ministro Almeida Santos, pronunciou-se sobre a reunião de descolonização que teve lugar ontem de manhã, adiantando que foram tratados assuntos relacionados com as negociações com Moçambique e, aproveitando a presença na reunião, do ten-coronel Janas, terem feito a revisão de todo o problema que diz respeito aquela colónia.

### Listas de candidatos despertam atenção

SÓ NA PRÓXIMA segunda-feira, deverão ser divulgadas as listas dos PCP, PPD, FSP, PPM, AOC, Frente UDCD (CDS-PDC), FECIML, PUP e UDP. As do MES serão, positivamente, reveladas hoje à noite, em comício público.

No entanto, já é possível aventar-se alguns dos nomes dos candidatos, sobretudo de partidos com maior projecção nacional.

Assim, quanto ao PCP Álvaro Cunhal não deverá ser candidato. A lista de Lisboa terá a encabeçada Octávio Pato, e mais três ou quatro membros do Comité Central fariam parte integrante de listas de candidaturas por vários círculos eleitorais do país.

No Porto a presença de Armando Castro, Oscar Lopes e Oliveira Dias, ambos professores universitários, é tida como segura, como o é também, por Lisboa, a de Urbano e Miguel Tavares Rodrigues, Mário Castrim e José Viana.

No que respeita ao PPD, Sá Carneiro, Magalhães Mota, Mota Pinto e Carlos Macedo encabeçarão respectivamente as listas do Porto, Lisboa, Coimbra e Vila Real.

Outros nomes listados na lista de Lisboa são Francisco Pinto Balsemão, Cunha Leal, Nuno Rodrigues dos Santos, Alfredo de Sousa, e Norberto Lopes.

Na lista do Porto integram-se ainda, entre outros, Emídio Guerreiro, Santos Silva e Olívio Franca.

O MES, que apresentará listas apenas por alguns distritos (mais concretamente meia dúzia), terá segundo círculos bem informados como cabeças de lista em Lisboa, Setúbal e Beja, respectivamente Afonso de Barros, Victor Wengorrius e Ribeiro Mendes.

Quanto à Frente de Direita (UDCD), ela englobará nas suas listas dois independentes, erando-se que Sanches Osório concorra pelo Porto, Freitas do Amaral por Braga e Amaro da Costa por Lisboa.

Teresa Coutinho, que fora considerada um elemento afastado da linha dominante do CDS, encabeça a lista de Santarém.

Além, a Frente de Direita tem suscitado problemas internos no Partido da Democracia Cristã. Aprovada por maioria ao Directório desta (11 contra 4), sobretudo devido ao argumento de que o CDS teria melhores estruturas organizativas, contra ela se pronunciaram já alguns dirigentes do PDC, como o Eng.º Jorge Medeiros, que se teria recusado mesmo a aceitar a candidatura para estas eleições.

### Novo jornal expõe ideário

DEVERÁ APARECER em vésperas de 12 de Abril o novo vespertino dirigido por Artur Portela Filho. Segundo o seu director o jornal, que teve um ideário escrito, e cujo estatuto visa a garantir a independência da redacção, terá uma orientação "socializante".

Entretanto, Artur Portela Filho foi já recebido por Álvaro Cunhal e por Mário Soares, na sua qualidade de Secretário-Geral do PCP e do PS, respectivamente e irá brevemente expor a ideia do seu jornal a José Tengarrinha e Francisco Sá Carneiro, dirigentes do MDP/CDE e do PPD.

## Descolonização

# Angola: adesão de Chipenda à FNLA não atenuou tensão reinante

LUANDA (do nosso correspondente Nuno Pereira) — Apresenta-se bastante penumbroso e instável o clima sócio-político em Angola. As linhas ideológicas e os interesses dos homens, dos partidos e até das nações, cruzam-se e estrecham-se numa luta de quase vida ou morte. Isto observa-se a todos os níveis e em diversas áreas.

A adesão política e militar de Daniel Chipenda à FNLA (que ora considera todos os ataques a revolta do Leste como dirigidos contra si) não atenuou grandemente a tensão reinante. As tropas de Chipenda que a partir de N'dala, se espraíram pelo Luso, Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira, mantêm-se agora igualmente nos seus quartéis, subordinadas ao Estado-Maior da FNLA. São frequentes os atritos com elementos do MPLA.

Para a FNLA, o acordo (que se estava a ser negociado antes da neutralização dos escombros da revolta do Leste em Luanda) representou um importante reforço militar e estratégico. As tropas de

Chipenda, muito bem armadas, são enquadradas por experientes capitães, e ocupam excelentes posições no centro-sul do País.

Não surpreende que também a UNITA lhes tenha ofertado a integração no seu seio. Acresce dizer que Chipenda goza de razoável apoio ao longo da linha do caminho de ferro de Benguela, sobretudo em Nova Lisboa.

A integração deu origem a violenta troca de comunicados entre as FAPLA (MPLA) e o ELNA (FNLA), braços armados dos respectivos Movimentos. Causa ou efeito (?) os choques, de há muito, envolvendo simpatizantes e militantes, forças ou dirigentes dos dois partidos, são constantes e cada vez mais graves. Os motivos ou os pretextos irrelevantes, na maior parte, erro, parte das vezes. No fundo, o antagonismo conhecido, inevitável e ao que parece ir irremediável, entre o MPLA e a FNLA.

Cabe acentuar, a propósito, que nos últimos dias também vem endurecendo o conflito dialéctico MPLA/UNITA. O Dr. Jonas

Savimbi e o seu Movimento, por cálculo ou filosofia própria, têm sido verdadeiros arautos de paz. As velas da UNITA enfunaram, aproveitando os ventos dos desencontros MPLA/FNLA. Surpreendentes, por isso, os frequentes atritos que se estão a registar. Sucedeu em Cabinda, com o secretário-geral da UNITA, Miguel Puna. Acontece um pouco por todo o país: em Luanda, no Lobito, em Mocimedes, em Sá da Bandeira. Provocações acidentais, ou deliberadas? Eis a interrogação.

Tudo isto, evidentemente, pode não dizer muito. Mas admira-se que, se o panorama não se desanuviava, venha a significar a cisão da plataforma de Mombaça. Convém não esquecer, de resto, que nos encontramos perante um processo de descolónização peculiaríssimo.

"As contradições existentes no País, são extensas e profundas."

Como disse o Dr. Jonas Savimbi, com o realismo político que é característica. Os movimentos afirmaram-se, inicialmente, em

raízes tribais: FNLA, ao Norte, na dos Bakongo; MPLA, na dos povos da região de Luanda e num certo elitismo intelectual; UNITA, no Este, populações locais, nomeadamente no grande grupo Mbundu, talvez o mais numeroso (dos milhões?) de Angola.

Os responsáveis, é claro, esforçam-se por vencer as diferenças que ora vêm ao de cima. Condenam o tribalismo e o racismo. Possuem quadros de diferentes regiões étnicas (neste aspecto o MPLA é absolutamente insuspeito).

Mas o problema existe, e não raro, há quem ceda à tentação de ignorar este factor.

As desmistificações de base são naturais. Numa outra perspectiva surge-nos o caso dos Cuanhamas (aguerrida tribo de pastores do Sul, que salta a fronteira e se projecta na Ovamboândia, ao que se afirma agitados por ideias externas). Anota-se, outro sim, aquilo que alguns pretendem "questão de Cabinda". Não se trata, apenas, da FLEC.

Denunciam-se outras forças. Aliás, mesmo o governo da República do Congo, onde o MPLA possuía as suas principais bases de apoio, fala na sociologia e na identidade particulares dos Cabindas. Os ciarbes dos poços de petróleo atraem muitas ambições...

Apesar de todas as dificuldades, o Governo de Transição lá vai cumprindo à letra os Acordos da Petina. Na quinta-feira, determinou medidas de excepção para os portos, onde as autoridades militares passaram a ser responsáveis pela disciplina e produtividade.

Recorde-se que os trabalhadores para lá das greves e das paralizações, estão a promover "greves de perguica" desaperantes para a economia do País. Preocupantes, igualmente, os problemas da informação e do banditismo (Luanda tornou-se uma cidade com medo). Disse, porém, faremos mais tarde.

Seja como for, Independência à porta, os angolanos acreditam, legítima e justamente, no futuro do seu País.

## Timor: que soluções?

O PROBLEMA de Timor, em termos de descolonização, não parece semelhante a de qualquer outro dos antigos territórios da hegemonia portuguesa. A confirmá-lo, a indefinição do processo político a complexidade das suas condicionantes, algumas das quais mergulham profundamente nos esquemas coloniais que prevaleceram quase inalteráveis durante os 400 anos de dominação portuguesa na parte oriental da ilha.

O território do Timor português tem cerca de 18 mil quilómetros quadrados de superfície e uma população de 600 mil habitantes, 32 raças e subraças e 47 dialectos. Houve importante penetração chinesa e árabe que deram parte significativa do comércio. Os meios de comunicação são dificultados pelo acidentado da ilha e as ligações com o exterior irregulares e deficientes. Díli, com 10 mil habitantes, é a cidade principal. A parte ocidental da ilha pertence à República da Indonésia e, durante a segunda guerra mundial, pela sua importante localização no Arquipélago de Sonda, Timor esteve sob ocupação japonesa.

A diversidade étnica e linguística, talvez tanto como a sua longínqua situação em relação a Portugal, criaram características especiais ao domínio de Timor que aproveitaram e instigaram o subdesenvolvimento. «Ainda há pessoas que creem que os portugueses nasceram em certas fontes da montanha», afirmam-nos um conhecedor profundo da problemática timor, para documentar o atraso das populações e situar a questão política, a que já começou a chamar-se a questão timorense.

«É fundamentalmente o problema da autoridade tradicional que entra em jogo em causa a uma população completamente despolitizada onde nem haverá 1,5 por cento de alfabetizados», prossegue o nosso informador. «Os montanheses obedecem apenas aos chefes tradicionais, representantes do poder dinástico, desde sempre escolhidos para governar e que podem, a qualquer momento, fazer-se obedecer por um exército de 60 mil guerreiros. A exploração de que são vítimas pelos comer-

ciantes chineses e a corrupção da administração colonial atingiram proporções infindas em Timor, o que nunca abateu a indolente aguerreda dos montanheses — nem as sucessivas tentativas de «pacificação» e os massacres e carnificinas perpetrados pelo colonialistas.»

Um assalto de timores aos postos de Uato-Lari e Uato-Carbau, em Junho de 1959, não fez vítimas mas documentou o sentimento de revolta sempre latente. A repressão que não se fez esperar foi enformada pela aplicação de terra queimada, algumas aldeias nativas foram varridas a ferro e fogo. Cinquenta dos presumíveis implicados na rebelião foram presos e como primeiro tratamento, permaneceram 60 dias ao sol dos trópicos no fundo da baracca «D. Aleixo», ancorada em Díli. Não havia PIDE em Timor na altura, foi a de Angola que recebeu e «cuidou» dos suspensos deportados, demitidos dos seus lugares, enviados para os colonatos do Bile em Angola e do Limpopo em Moçambique, depois para o continente — sem culpa formada. Dois morreram, «os outros regressaram a Timor 3 e 4 anos depois, em pequenos grupos, vigiados pela polícia política e com um certificado de inocência no bolso. Absolutamente inútil, porque nunca foram reintegrados nas funções (alguns eram funcionários públicos) nem indemnizados.»

Ninguém sabe, ainda hoje, quantas vítimas fez o massacre de populações em 1959.

«O único foco minimamente politizado em Timor é Díli», informa o nosso interlocutor, «e mesmo assim com influências muito diversas. Os partidos e movimentos políticos nada significam para os senhores do interior e eu porquê as soluções apontadas, de referendo ou consulta, não podem ter expressão, pois que ambas pressupõem um conhecimento prévio das possibilidades de optar que ali não existe.»

Refere depois objectivamente as três vias assinaladas para a «questão timorense»: independência, federação com Portugal ou integração na Indonésia. A primeira, de in-

dependência política, social e económica, e não só viável como desejável com timores a liderar. As diferenciações com a vizinha Indonésia não poriam em perigo uma solução genuinamente timorense, como afirma, pois são artificialmente impostas por uma fronteira política e facilmente absorvidas pelas garantias de coexistência e de entesidade.

Já a fusão com os indonésios apresentaria uma vasta problemática a ter em conta, que na opinião do nosso interlocutor não deixaria mais do que a passagem, para os timorenses, de colonizados a neo-colonizados: «seria, apenas um pouco mais, uma questão de mudar de dono.»

Quanto à terceira via, uma dependência de Portugal, «parece não interessar a muitas das forças em presença, que querem passar por cima de obrigações morais e fazer crer que Timor é uma ex-crescência natural da Indonésia, um mero suplemento que a ninguém interessa. A federação seria mais simbólica que real, a não ser que pudesse contar com uma ajuda efectiva que não parece viável, dadas as próprias dificuldades portuguesas. É significaria, além disso, total mudança de conceitos apontada em nova política administrativa que não seria fácil de concretizar.»

Por outro lado, a língua portuguesa e os vínculos sociais são ainda muito importantes em Timor. As populações prestam culto à bandeira portuguesa não como o símbolo de vassalagem a um rei estrangeiro (como outros povos colonizados faziam) mas como entidade divinizada que é um elemento vivo da sua religião animista.

«De qualquer modo», refere ainda o timorense com quem trocámos impressões, «a solução para Timor tem de ser encarada noutros termos. Os timorenses, que têm consciência de desenvolverem um processo histórico especial, estão à espera de ser ouvidos quanto ao destino da sua terra e acrescenta-se, a propósito, que o diálogo só está a surgir agora, depois de os contactos oficiais a alto nível terem sido primeiro estabelecidos com a Austrália, a Indonésia e as Nações Unidas.»

Ja

# Moçambique: Mc Intosh em Manica e cheias em Gaza polarizam atenções

LOURENÇO MARQUES (do meio correspondente Manuel Veiga) — A serenidade da vida moçambicana foi interrompida no começo da semana pela notícia da fuga de Kenneth McIntosh pelas autoridades administrativas da fronteira de Manica, à polícia local rodésiana. O acto ocorreu em 22 do corrente mês tendo sido verificada na véspera, a entrada do fugitivo em território de Moçambique.

Como se sabe McIntosh, de nacionalidade britânica, fora condenado a quatorze anos de cadeia pelo regime de Ian Smith, sob a acusação de "espionagem comercial".

Encarcerado na considerada estrepitosa prisão de Salaburra, conseguiu evadir-se no passado dia 4, após dez meses de detenção, com a ajuda do guarda Peter Becker que fugiu igualmente e logrou alcançar a Inglaterra. A sua recaptura pelas autoridades rodésianas verificou-se precisamente quando, por se encontrar em Moçambique, se ligava em segurança.

A população moçambicana teve as primeiras notícias do caso através da informação internacional, pois a imprensa local só na quarta-feira, passada divulgou o sucedido juntamente com um comunicado do Alto Comissário.

O facto deu origem a enorme especulação, tendo sido aventadas as mais disparres versões sobre o assunto.

Segundo aquele documento oficial, os inspectores Sidnel e Fitzler, da Polícia rodésiana, metiram às autoridades administrativas de Manica informando que McIntosh era um preso de delito comum, condenado por roubo e que conseguira evadir-

Perante os "esclarecimentos" daqueles polícias os responsáveis acerca das instâncias, para que o preso lhes fosse entregue, agindo à boa fé, por julgar tratar-se, de facto, de um preso de delito comum.

Mas, ainda de acordo com o referido comunicado, os polícias rodésianos, haviam servido de intérpretes dadas as dificuldades existentes, pois o súbito britânico só fala português. Deduz-se portanto que os portugueses presentes não saberiam falar inglês, e que os dois rodésianos conheciam a língua portuguesa. Mas de manhã, McIntosh foi autorizado a fazer um telefonema para o seu cónsul na Beira.

Vítima do regime racista de Ian Smith que se condenou, baseado em cartas escritas à imprensa inglesa, denunciando empresas que quebravam o boicote económico à Rodésia, passou por uma dos direitos que na sua qualidade de cidadão britânico lhe assistiam de manter correspondência com os jornais do seu país. McIntosh veio a ser vítima de incompreensível boa fé — como foi considerada a atitude das autoridades administrativas de Manica — ao ser recuperado no país, onde, naturalmente, julgava encontrar apoio.

Porém, o que, acima de tudo, o sucedido demonstra, é a tremenda falta de estruturas existentes no regime colonial e de que fizeram parte as autoridades administrativas intervenientes, e que esta atitude é um caso típico.

E indica também que muito há ainda a realizar no processo de escolarização, pois não podem manter-se em lugares responsáveis pessoas cujas mentalidades ainda e encontram arregadas aos

processos e métodos do colonialismo.

## Novas autoridades administrativas

Entretanto, no mesmo dia, o ministro da Administração Interna, Armando Guebuza, tomou pública a substituição de quatorze administradores em sete províncias entre as quais o de Vila Pery de que faz parte o distrito de Manica.

No número dos substituídos, encontra-se Gustavo Coutinho Moia, que era administrador de Vila Manica, local onde McIntosh por ele foi entregue às autoridades racistas da Rodésia, quando julgava estar a salvo.

Evidentemente que o moçambicano relacionou esta decisão do ministro da Administração Interna com o caso do cidadão britânico, que tem a simpatia popular, lamentando apenas que medidas semelhantes não tenham ainda, chegado a todos os lugares considerados importantes na gestão do país.

## O povo reuniu em Macuba

Outro dos importantes acontecimentos vividos em Moçambique, foi o primeiro Seminário Nacional, terminado à dias.

Pela primeira vez na história de Moçambique 402 delegados representando os 110 Distritos do País, discutiram género das estruturas do partido, as diferentes tarefas impostas pelas novas condições do processo revolucionário moçambicano e não

para "tratar da reestruturação da FRELIMO" — usando as palavras de Joaquim Chissano — portanto, ao contrário daquilo que alguns pensavam.

A questão chave desta discussão — o estabelecimento do Poder Popular Democrático em todo o País — ocupou os delegados Distritais e alguns dos Comités Central e Executivo durante seis dias, em Mocimboa, pequena cidade do centro de Moçambique, na Província da Zambézia.

A infiltração de reacção nos Comités e a consequente usurpação do poder político às massas populares foi, de certo modo, ponto dominante ao longo das discussões do plenário.

O debate travado em torno deste problema concluiu ser prematura a transformação dos grupos dinamizadores em Comités dado o ainda insuficiente trabalho político desenvolvido, e a constatação da presença de elementos da reacção infiltrados nas estruturas, como disse Joaquim Chissano.

A fragilidade ideológica de alguns grupos dinamizadores das zonas recentemente libertadas, agravada pela infiltração de agentes inimigos obrigou a direcção da vanguarda do Povo moçambicano a conduzir-se prudentemente nas suas críticas e conclusões, no sentido de evitar desvios da linha revolucionária.

Os trabalhos do plenário desenvolveram-se ainda no campo da cultura com "uma expressão mais alta da unidade".

Aqui foi salientado no relatório final "a necessidade de se desenvolver e difundir a cultura moçambicana para a consolidação da personalidade nacional".

Foi ainda salientado e relembrado como tarefa dos grupos dinamizadores "a necessidade de transformar a língua portuguesa, de instrumento de despersonalização e opressão, em veículo de comunicação do Povo".

As questões económicas mereceram especial atenção na medida em que da sua correcta resolução depende o estabelecimento do Poder Popular. Preconizou-se a vantagem do trabalho colectivo reactivando a produção e apoiando formas de co-operação e gestão popular. Ainda neste contexto foi definida como "a forma de motivar as largas massas populares a um aumento da sua produtividade" a adopção de prémios de carácter colectivo de forma a que estes reveressem em melhoramentos de carácter social.

### Chelas prejudicam agricultura

Chuvas em abundância caídas ultimamente no centro e norte de Moçambique vieram causar prejuízos, ainda incalculáveis, à agricultura moçambicana (ler sul e centro do País).

Na província de Gaza o Rio Limpopo transbordou obrigando a evacuação das populações de grandes áreas próximas do seu curso, enquanto o alargamento dos campos cultivados provocava a destruição das culturas de milho e arroz.

Depois de 1972 estas são as maiores chelas verificadas.

Não há, por ora, notícia de desaparecimento ou morte de pessoas, sendo de salientar a assistência por helicópteros, tem vindo a ser prestada aos que precisam de ser evacuados e ainda no abastecimento de géneros e vestuário.

Por sua vez, na Província da Beira, as chetas causadas pelo transbordar do Buzi destruíram culturas de arroz, cana do açúcar e milho, além de obrigar, igualmente à evacuação das populações ribeirinhas.

Como contraste aponta-se que enquanto no sul as zonas agrícolas tem sido prejudicialmente afectadas pelo excesso de chuvas, no Alto Zambeze e norte sucede o contrário, pois, os agricultores estão em risco de sofrer enormes

danos devido à falta de água. Se a seca se mantiver só muito dificilmente as colheitas poderão não dar prejuizo.

### 30 refugiados morrem em Tete

Vítimas de subnutrição, morreram esta semana na Província de Tete, mais trinta refugiados, ultimamente regressados a Moçambique vindos da Rodésia, onde se haviam refugiado, durante os anos de guerra. O seu adiantado estado de fraqueza não permitiu que sobrevivessem apesar da imediata assistência que lhes foi prestada.

A morte destes trinta moçambicanos confirma as queixas dos que regressam, relativamente às condições de vida em que se encontram naquele território.

Entretanto continuam a chegar àquela província milhares de moçambicanos que se haviam refugiado nos países vizinhos admitindo-se que até fins deste mês, atinja trinta mil o número dos que regressaram a Moçambique vindos da Rodésia, Malawi e Zâmbia.

# Macau: clima de desanuviamiento

**MACAU** — (do nosso correspondente) Passos lentos mas seguros estão a ser dados no sentido de uma maior aproximação entre o Governo de Macau e a comunidade chinesa, de tal modo que os resultados obtidos até agora são classificados de positivos.

Desde os incidentes de 1966 até à vinda do novo Governador, coronel Garcia Leandro, as relações situaram-se, praticamente, num clima de indiferença. Assim, os contactos processavam-se dentro dos mecanismos formais criados e, fora deste esquema rígido, pouco mais havia a assinalar.

Embora não se pudesse falar de contestação da administração portuguesa como sucedeu noutros pontos, os chineses nunca lhes atribuíram grande valor.

Acreditava-se somente, como elemento integrado num deteriorado contexto político, a que Hong Kong não é estranho.

Efectivamente, importa ter presente que a China conseguiu, em 1972, que os nomes de Hong Kong e de Macau fossem tirados da lista das colónias registadas pela ONU e que o Comité de Descolonização deixasse de se imiscuir nos negócios dos dois enclaves, considerados como «partes integrantes do território chinês ocupado pelas autoridades britânicas e portuguesas».

Não obstante as vicissitudes de ordem política, hoje a presença portuguesa é vista de um modo bem diferente. Na base dessa modificação está a política de descolonização seguida por Portugal a partir de 20 de Abril.

Se para o novo regime português descolonizar já não constituía problema de maior, dado o seu reconhecimento de que os povos têm direito à «independência», naturalmente que a questão de Macau se tinha de impôr ao mesmo nível dos outros territórios africanos.

No entanto, com rapidez se concluiu que o imediato não era necessária a retirada dos portugueses. Considerou-se, isso sim, a sua permanência como factor de estabilidade política e económica na região, devido à estreita ligação entre Macau e Hong Kong.

Estes dois minúsculos territórios assumem, com efeito, um papel muito importante no Extremo Oriente e qualquer alteração política ali não deixaria de acarretar consequências imprevisíveis de momento. A, pelo menos, a opinião dos observadores políticos.

Basta dizer que Hong Kong é não só uma base vital para operações financeiras internacionais mas, também, um grande centro industrial. Ao lado das sociedades ditas britânicas, o capital japonês e, sobretudo, os dos «chineses overseas», isto é os

chineses estabelecidos fora da China, ocupam posição destacada.

## Eco favorável

Para Macau, desde que se assestou na constituição dos portugueses, pós-sec, imediatamente, um outro problema: operar modificações na administração de modo a eliminar vícios antigos. Pelo «regime fascista» também aqui se fizeram sentir os efeitos de um sistema que se caracterizava, entre outros aspectos, pela ineficácia dos seus órgãos.

Nomeado o coronel Garcia Leandro para Governador de Macau, a sua primeira medida foi trazer uma equipa constituída essencialmente por militares que tomasse conta de sectores-chave na Administração. Tal medida, que não foi bem aceite por alguns macaenses, teve eco favorável na comunidade chinesa, que forma a maioria dos habitantes de Macau.

Os chineses, ao contrário de outros círculos, não se mostram preocupados com a juventude dos elementos que chegaram. Para eles, o mais importante é que o seu trabalho seja honesto e traga prosperidade para Macau, única forma, em seu entender, de haver tranquilidade.

Assim, não têm sido concedido a sua satisfação pelas acções desencadeadas ultimamente pela Polícia go stituido de se combater a criminalidade e a corrupção de costumes. De tal modo que as



associações de bairro se têm mostrado interessadas em colaborar com as autoridades nessas tarefas.

O novo Governo que atravessa ainda uma fase de estudo da situação, está empenhado em penetrar noutros terrenos e, dentro dessa ordem de ideias, exigem maiores contributos as grandes empresas que operam em Macau.

O Ano Novo Chinês constituiu uma oportunidade para o coronel Garcia Leão não deixar sentir às grandes sociedades as suas responsabilidades perante o Governo, perante os seus trabalhadores e perante os habitantes de Macau.

«Estaria incorrecto — disse — pé ao lado de um Governo saído da Revolução de 25 de Abril, e que acima de tudo quer servir os interesses gerais da comunidade, entidades que têm sobreposto os seus interesses particulares aos interesses de toda a colectividade. Repito, estas entidades hoje não têm lugar em Macau».

Neste momento, estão em curso contactos para a revisão do contrato da concessão de jogo à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau. Com efeito, o Governo entende que esta empresa deve ter uma maior participação no desenvolvimento de Macau, onde as receitas da Administração são rapidamente absorvidas pelas despesas.

Para além disso, conta-se com o interesse de outros grupos financeiros, em investir nomeadamente na Taipa e Coloane. Ihas

que estão a merecer, no presente, particular atenção do Governo, devido ao seu flagrante atraso sócio-económico.

### Expectativa à volta das futuras relações Portugal-China

Três meses após a chegada da nova equipa governamental, pode dizer-se que o clima que se respira em Macau é de desamoramento. Desapareceram, praticamente, as marcas dos incidentes de 1966, de triste memória para os portugueses.

A expectativa reside, nesta altura, à volta das relações que poderão ser estabelecidas entre Portugal e a China. Macau, como é natural não poderá deixar de constituir um ponto importante nessa aproximação. É ali que se fará sentir, com maior acuidade, os efeitos das futuras relações entre os dois países.

Portugal, ao reconhecer a Formosa como parte integrante da China, deu um significativo passo. Tudo indica, portanto, que na sequência desta posição assumida por Lisboa, o entendimento tenha ficado mais facilitado.

No entanto, e a avaliar pelas opiniões dos observadores, os chineses, cautelosos como são, preferem neste momento, aguardar a evolução dos acontecimentos em Portugal, na medida em que o tempo não conta para eles.

F.M.L.

## Eleições e violência

ADIADO PARA 20 de Março o início da campanha eleitoral, ficará esta reduzida a três semanas. Isso significa que apenas durante 21 dias, e não durante 39, como estava previsto, serão aplicadas as regras estabelecidas na lei para o funcionamento tão objectivo quanto possível dos órgãos de Informação não confessadamente partidários. O encurtamento de 17 dias do tempo de campanha afecta igualmente a fiscalização dos dinheiros dos partidos e consequentemente o objectivo geral, apontado na lei eleitoral, de «assegurar condições de igualdade entre as diferentes listas de candidatos». Prejudica-se, assim, com especiais inconvenientes para os partidos mais pequenos e com menos meios financeiros a «pedagogia da democracia» a que o brigadeiro Vasco Gonçalves se referiu ao dar posse, na quinta-feira, à Comissão Nacional de Eleições.

A razão do adiamento, que ainda não foi claramente explicado, deve ligar-se com as negociações em curso entre o M. F. A. e os partidos. São pelo menos 14 os agrupamentos que concorrerão às eleições e qualquer plataforma só terá alguma validade se todos eles chegarem a um entendimento com o M. F. A.. As conversas serão, por isso, forçosamente lentas e complexas, não só devido ao número elevado de participantes, mas também em virtude de, para além das discordâncias com o M. F. A., ser difícil imaginar, por exemplo, o M. R. P. P. e o C. D. S. de acordo sobre diversos assuntos.

De qualquer forma, as negociações estão encetadas e serão morosas (ver notícia pag. 1) e a campanha eleitoral é de apenas três semanas.

Estes dois factos só por si são elucidativos das dificuldades existentes em Portugal, quando se trata de passar da teoria à prática democrática. No discurso já referido, o brigadeiro Vasco Gonçalves exortou os representantes dos partidos a «estarem à altura da missão e à altura do povo português». E acrescentou: «Se não se sabe estar à altura do povo português, não se é digno de o representar, nem de representar correntes políticas; nada disso, é-se apenas um oportunista».

«Estar à altura do povo português» é, obviamente, uma obrigação fundamental para qualquer político, civil ou militar, que não queira ser acusado de se servir do poder para alcançar objectivos pessoais. Mas a expressão é suficientemente vaga para provocar algumas interrogações. Quem decide sobre quem está à altura do povo português? Quem define o critério que permite separar os oportunistas dos dedicados servidores do povo?

A resposta é só uma: o próprio povo, através do voto, em eleições livres. O povo, tão citado, tão usado, tão abusado, tão monopolizado nestes últimos tempos, detem a soberania e só ele cabe decidir quem está ou não à altura de o representar. O povo, tão insultado pela sua ignorância, tão inferiorizado pelo paternalismo dos que sem mandato falam em seu nome, sabe distinguir o frio do joio e, se lho permitem, escolherá os representantes que lhe convenham e desprezará os oportunistas que o brig. Vasco Gonçalves tanto receia.

Para tal — volta-se sempre ao mesmo — é preciso que haja eleições livres, o que implica não apenas que a plataforma em negociação entre o MFA e os partidos se concretize em termos de acordo (e não de imposição de um colete de forças), mas também que a já encurtada campanha se processe em clima pacífico.

A violência política que se tem vindo a agravar nas últimas semanas é de mau agouro e, se não for reprimida, provocará, contrariamente aos desejos manifestados pelo primeiro-ministro, que a campanha eleitoral que se avizinha seja uma campanha de medo. A violência gera a violência e a escalada só parará quando as regras do jogo forem claras para toda a gente e exemplarmente punidas os que as infringem.

A democracia não se constrói a murro ou a tiro, à pedrada ou à bomba. Compete às Forças Armadas, que são quem detem o poder físico, pôr cobro imediatamente à onda de violência política existente em Portugal e, desse modo, demonstrar, na prática, a sua vontade inequívoca de que as eleições de 12 de Abril sejam efectivamente livres.

Silva, Vicente Jorge

# O momento da verdade

Vicente Jorge Silva

O MOMENTO da verdade chegou: com jogo escondido, sujo ou viciado, as cartas estão na mesa. Todas as artimanhas, todos os sofismas, todas as mistificações, nesta imensa comédia política em que actores e prestidigitadores usam dos mais variados talentos e recursos para disputar os favores do espectador atônito — que na circunstância se chama povo —, aparecem já como truques gastos, demasiado óbvios para poderem ser convincentes.

É o caso da institucionalização do MFA — e, por detrás disso, da luta pelo poder entre as principais forças partidárias. Todas elas naturalmente empenhadas — desde o CDS e o PDC ao PCP, passando pelo PPD e pelo PS — em velar pelas diferentes versões de democracia e derivados que mais convirão ao nosso bom povo. Todas elas sinceramente progressistas — e é certo e sabido que pelo progresso somos todos e mais alguns... —, desde a direita e a extrema-direita trajadas a rigor de «centro» (o CDS diz-se mesmo rigorosamente ao centro) às diversas «esquerdas», mais ou menos neo-capitalistas e tecnocratizadas, mais ou menos social-democráticas, mais ou menos capitalistas de Estado. Todas elas cortejando — umas com o enlevo maternal de ama dedicada e estremecida, outras com o ciúme de amante despeitado — o M.F.A.. E todas elas ansiando pela «institucionalização» do M.F.A., mais conforme com os respectivos desígnios. Umas para o utilizar como trampolim do salto para o poder, à

falta de lastro eleitoral, outras para o reduzir à importância de espectador passivo e obediente às suas ordens. Finalmente, todas elas apostadas em transformar — num sentido ou noutro — a institucionalização em instrumentalização.

## MFA: ausência de um projecto

Pense-se o que se pensar, o facto parece incontrovertido: quem tomou o poder no 25 de Abril foi o M.F.A.. E diz a história que quem toma o poder não o toma para o vizinho, toma-o para si mesmo. Só que as contradições em que se produziu o 25 de Abril — e a própria natureza do movimento vitorioso — não permitiram o aparecimento de um projecto político próprio, consequente e autónomo. Veículo e corpo dessas contradições — em que o impasse das guerras coloniais teve um papel decisivo — o M.F.A. não se apresentou com um projecto político específico, mas com um programa que mais não era do que a tradução das reivindicações primárias da oposição tradicional ao regime.

Sem expressão política própria, o M.F.A. limitou-se a procurar ultrapassar o impasse colonial apontando para um formulário democrático-burguês que teria na formação de uma Assembleia Constituinte o ponto culminante para uma transferência de poderes, mantidos transitóriamente por um governo provisório sob a égide das Forças Armadas.

Mas a queda do regime corporativo veio a ser muito mais rica de consequências

do que os esquemas dogmáticos habituais seriam (e são) capazes de prever — e compreender. E muito mais profunda do que o desejariam certas facções, decididamente interessadas em reduzir o 25 de Abril a um golpe de estado clássico. As potencialidades revolucionárias do movimento de massas ultrapassaram efectivamente o colete de forças institucional, apesar de todas as tentativas de recuperação e contenção dessas potencialidades, dentro de limites controláveis por determinadas instâncias partidárias. Potencialidades que em si mesmas não anunciam a revolução — mas desbravam o caminho e amadureceram as condições históricas que a tornam irreversível.

## Por acaso?

Não é por acaso que o sr. Major Sanches Osório, secretário-geral do P.D.C., decreta, apocalíptico: «estamos a assistir à decapitação do país». Ou que o sr. dr Mário Soares, chefe de um partido que se diz «marxista», confia a «L'Express»: «A América e a Europa não podem permanecer indiferentes perante o risco de instalação, na península ibérica, de uma zona de instabilidade e de perturbação políticas». Ou que a Ordem dos Advogados — aparentemente mais zelosa do que as próprias associações patronais — se alarma com as «violações» da lei anti-greve. Ou que o estado-maior do CDS lança a S.O.S. em direcção a certas capitais ocidentais. Ou que o P. C. P. e o

M.D.P./C.D.E. bradam assustados contra o fantasma da reacção, sempre que trabalhadores ou estudantes escapam ao seu controlo dirigista. Ou que certas vanguardas marxistas-leninistas — petrificadas na herança estaliniana e pretendendo-se, afinal, substituir ao próprio movimento social e às determinantes da luta de classes — se manifestam inteiramente incapazes de compreender e analisar dialecticamente a especificidade de uma situação histórica concreta — como é a nossa.

Não é por acaso que a crise política portuguesa é uma crise total — a de uma ausência de alternativa, de projecto político correspondente à dinâmica do processo em curso. E é precisamente esse vazio que nos torna (e torna o M.F.A., centro do poder político) completamente vulneráveis às tutelas e jogos partidários, que ultrapassam as nossas fronteiras para colocarem o futuro do país sob a hipoteca das pressões externas, da política de blocos e da partilha das zonas de influência entre as super-potências.

### **Destruir o velho, construir o novo**

Entretanto, no ultimo boletim informativo do M.F.A., o editorial «Um pacto com o povo» defende que «a luta por um sentido libertador do 25 de Abril implica a profunda convicção de que há que destruir o velho para construir o novo. Que a liberdade só tem sentido se entendida como liberdade para o povo e não para os exploradores do povo (novos

ou antigos). Que a participação política só tem sentido pleno no seio de uma sociedade nova e não no seio de uma sociedade dominada ainda pelos espectros do passado. Que a libertação nacional implica não apenas a libertação da economia da dependência estrangeira, a recuperação das nossas riquezas naturais e a edificação de uma economia nacional, livre, fundada em bases sólidas; mas também o erguer de instituições novas que permitam ao povo a total participação no processo político e a condução desse mesmo processo».

Justamente. Mas definir princípios e apontar objectivos pressupõe que se façam opções claras, que se varram tutelas interesseiras, que se construa um projecto político não amarrado por ambiguidades estiolantes e, finalmente, suicidas. A ausência de projecto político — consequência das próprias contradições que estiveram na origem da formação do M.F.A. — fez o movimento militar tender progressivamente para a gravitação na órbita das forças partidárias que, aparentemente, se apresentavam em condições de apoiar e enquadrar o processo, acelerado a partir do 28 de Setembro. Ora a «osmose» de um aparelho hierárquico militar com um aparelho civil igualmente hierárquico — de características burocráticas e fortemente centralizadoras —, para além das dependências que produz, leva necessariamente a um impasse, ao estrangulamento das verdadeiras potencialidades revolucionárias que o movimento de massas veio despertar. Por outro

lado, a subordinação do aparelho militar a instituições típicas de um regime parlamentar burguês derivará, inevitavelmente, e a breve trecho (atendendo à debilidade do capitalismo português e à crise global do sistema capitalista), no retorno a um modelo autoritário de direita, traduzido pela repressão intensa das lutas dos trabalhadores.

### **O desafio**

Nada disto constitui, sequer, uma novidade. Mas de qualquer modo, a questão fundamental permanece de pé: a necessidade de conjugação e unificação organizativa, num sentido decididamente interveniente, de todas as forças políticas e sociais capazes de responder com um projecto político consequente e autónoma ao desafio histórico que Portugal enfrenta. Reduzidas que foram à impotência e à satelização — como consequência, afinal, da sua ambiguidade — forças políticas que se encontravam aparentemente em condições de corresponder a esse projecto (e é esse, concretamente, o caso do M.E.S.), o vazio político actual poderá ser verdadeiramente trágico se, entretanto, esse esforço de construção de uma alternativa não se concretizar. Alternativa que terá de passar, necessariamente, a nível externo, por uma política de não-alinhamento activo, na esteira das nações mais progressistas do Terceiro Mundo.

Eis porque, também aqui, nos encontramos perante o momento da verdade.

Expresso

75-03-01

17

Senhor, Leopold Sédar Senghor

**O Presidente Senghor ao Expresso:****"AMÍLCAR CABRAL FOI PARA MIM MAIS QUE UM IRMÃO"**

CONFORME foi largamente noticiado, o Presidente da República do Senegal, Leopold Sedar Senghor, visitou oficialmente Portugal de 27 a 30 de Janeiro último, aceitando o convite que nesse sentido lhe dirigira o general Costa Gomes.

Na circunstância, o EXPRESSO emvidou esforços no sentido de conseguir uma entrevista do primeiro Chefe de Estado africano a visitar o nosso país (não contando a "folclórica" vinda a Lisboa do ex-imperador Selassié da Etiópia). A reacção do Presidente Senghor à nossa iniciativa foi favorável e pelas vias diplomáticas enviámos-lhe um breve questionário, cujas perguntas foram sugeridas não só pela personalidade política do entrevistado como pela conjuntura internacional africana (provavelmente, hoje substituiríamos algumas das perguntas por outras).

Os mesmos canais diplomáticos trouxeram até nós, esta semana, as respostas do Presidente Senghor. Transcrevemo-las a seguir, antecedidas das respectivas perguntas.

*Le Président de la République*

Paris,  
le 3 Février 1975.

Monsieur le Directeur,

Vous trouverez ci-joint les réponses au questionnaire que vous m'avez fait l'honneur de me poser.

Croyez, Monsieur le Directeur, à l'assurance de mes sentiments cordiaux.

Monsieur le Directeur  
du journal "L'Express"  
Aux bons soins de Son Excellence  
Monsieur Henri DEBASSE  
Ambassadeur de France à

LISBONNE

*AS*  
Maurit RENE DEBASSE



DECLARAÇÃO DO Sr. Presidente da OUA

## A O.U.A. e a negritude

DECLARAÇÃO DO Sr. Presidente da OUA

O Sr. Presidente defende há muito tempo a célebre teoria da Negritude. Pode explicar-nos como a vê hoje, face às tomadas de posição da OUA?

Constatamos, primeiro, que a OUA não tomou nenhuma posição nem sobre a **Africanidade** nem sobre a **Negritude**, nem sobre a **Arabidade**. Tudo o que ela fez foi, há alguns anos, lançar um apelo para a realização, em Argel, de um Festival Panafricano das Artes.

Naturalmente, se esse festival teve um grande êxito, no domínio dos espectáculos, o colóquio que o acompanhava fracassou lamentavelmente. Com efeito, em vez de definirem a **Africanidade**, que era o objectivo do colóquio, os participantes bateram-se por e contra palavras e com palavras.

A **Negritude** parte de uma análise objectiva dos factos e dos fenómenos culturais em África. A **Africanidade**, isto é, o conjunto dos valores da civilização africana, apresenta-se sob dois aspectos: a **Negritude** e a **Arabidade**.

A **Negritude** é o conjunto dos valores de civilização do mundo negro, como a **Arabidade** é o conjunto dos valores da civilização do mundo árabe-berbere. Como vê, a **Negritude**, tal como a **Arabidade**, ultrapassa o mundo africano.

Não acrescentarei mais nada sobre o assunto porque, mais uma vez, a OUA não resolveu o problema, recusou-se mesmo a estudá-lo, ao recusar criar um organismo — nem que fosse uma secção — da cultura africana.

São conhecidas as S. boas relações com o ministro português Mário Soares e, de uma maneira mais geral, com Portugal. Como vê a S. visita ao nosso país neste momento?

No que se refere ao Sr. Mário Soares, estamos unidos por dois laços. Primeiro que tudo, porque somos socialistas e democratas. Depois, porque ambos desejámos, ao mesmo tempo, a descolonização dos territórios portugueses da África negra e a desfasciação de Portugal, estando ambas as coisas ligadas.

Foi para ajudar a acelerar esse duplo processo de descolonização e de democratização que aceitei o convite para fazer uma viagem oficial a Portugal.



## O Senegal e a FLING

SÃO conhecidos, em Portugal, os contactos do Presidente Senghor com o antigo governador da Guiné, general António de Spínola, para fazer

sair a Guiné do impasse em que a envolveu o governo colonial português. O Presidente Senghor surgia então como o campeão da

independência da Guiné-Bissau. Alguns meios ficaram surpreendidos por, depois, a FLING, movimento anti-PAIGC, ter encontrado apoio no Senegal. Como conciliar essas duas atitudes?

Tal como as define, as duas atitudes são, com efeito, inconciliáveis. Acontece que não são contraditórias se as recolocarmos no seu contexto histórico.

É verdade que tivemos, primeiro, simpatias pela FLING, que nos dizia, no princípio, partilhar a nossa ideologia socialista e

democrática. Mas, quando conhecemos Amílcar Cabral e nos encontramos com ele, descobrimos, em Cabral e nos dirigentes do PAIGC, não apenas homens mais conformes à nossa ideologia, mas ainda homens mais sérios e, por conseguinte, mais eficazes.

Em alguns anos, Amílcar Cabral foi, para mim, mais que um irmão. Isso explica que, numa segunda fase, tivésemos contido, e mesmo reprimido, as actividades da FLING e apoiado, sem desfalecimento, o combate do PAIGC, apesar de todos os inconvenientes: robos de grão, incêndios de colheitas e minagens de estradas praticados pelos mercenários do Exército português.

## Rodésia: o espírito de negociação prevalecerá

Julga possível uma evolução pacífica da questão rodésiana que conduza à vitória dos objectivos prosseguidos pelos movimentos nacionalistas?

Devo começar por dizer qual é a atitude senegalesa em matéria de descolonização. Em 1946, um ano após a minha eleição, como deputado do

A luta pela libertação das antigas colónias portuguesas em África vai conhecer, agora, uma nova fase, uma vez que os neocolonialismos as observam atentamente.

A França e os Estados Unidos da América do Norte são considerados como as duas forças, entre outras, que agem nesse sentido. Qual é o papel que o Senegal pensa poder desempenhar neste contexto?

Responderéi, primeiro, que no Senegal, evitamos cair na armadilha dos catecismos ideológicos que os Estados desenvolvem, qualquer que seja a ideologia a que se liguem, fabricarmos para nós. Todas as grandes potências

Durante muitos anos, falou-se do triângulo Lisboa-Salisbúria-Prétória como destinado a prolongar-se por muito tempo. Hoje, surge um novo eixo: Kinshasa-Luanda-Prétória, admitindo que os interesses do Zaire em Angola triunfem no contexto africano. Crê que a África ficará indiferente perante a formação desse novo triângulo? Uma união das forças tipicamente africanas parece-lhe possível?

Não tenho conhecimento de um triângulo Kinshasa-Luanda-Prétória. Que o Zaire se interesse pelo futuro de Angola é natural, uma vez que os dois países têm uma fronteira comum muito extensa. Mas, se estou bem informado, o Presidente Mobutu combate o apartheid na África do Sul como quase todos os chefes de Estado da África independente.

No que se refere à política da África independente em relação à África do Sul, ela foi claramente definida pela

Declaração de Lusaka, votada por unanimidade pela Organização de Unidade Africana. Assenta em dois pontos:

1) — Os brancos da África do Sul, como os outros brancos do continente africano, têm os mesmos direitos que os negros, mas não direitos superiores.

2) — Queremos para a África do Sul, como para os outros países africanos, um Governo da maioria, qualquer que seja a sua etnia ou a sua cor.

Considera que Portugal poderia ter ainda um papel a desempenhar numa união das forças tipicamente africanas, isto é, das forças tipicamente nacionalistas, sem nenhuma interferência dos interesses coloniais ou imperialistas?

Penso que a ideia de uma civilização euroafricana, lançada no começo do século pelo grande etnólogo alemão Leo Frobenius, é uma realidade, não apenas histórica mas também pré-histórica.

segregam um imperialismo e um neocolonialismo; há apenas graus nessa secção e Estados que lhe resistem enquanto outros se deixam arrastar pela corrente neocolonialista.

Não falarei dos Estados Unidos da América, mas da França, que conheço bem. Reconheço que a França é uma grande nação antigamente colonial e que o neocolonialismo é a sua tentação, se bem que faça esforços para se desembaraçar dela.

No caso das colónias portuguesas, acusações feitas contra a França seriam mal fundadas, essencialmente porque a França tem poucas relações com as colónias portuguesas e poucos interesses

económicos lá. Acrescente-se que as elites das antigas colónias portuguesas falam, quase todas, francês. Não é, portanto, do interesse da França ajudar a mantê-las numa situação colonial.

Na verdade, a França respondeu sempre favoravelmente, depois do 25 de Abril de 1974, aos apelos que tive ocasião de lhe fazer a favor das antigas colónias portuguesas. É assim que ela está pronta a conceder bolsas aos da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde a estudarem no Senegal. Estou convencido de que responderá favoravelmente ao último apelo que lhe lancei para um auxílio alimentar a Cabo Verde.

## "Mobutu combate o apartheid"

Declaração de Lusaka, votada por unanimidade pela Organização de Unidade Africana. Assenta em dois pontos:

1) — Os brancos da África do Sul, como os outros brancos do continente africano, têm os mesmos direitos que os negros, mas não direitos superiores.

2) — Queremos para a África do Sul, como para os outros países africanos, um Governo da maioria, qualquer que seja a sua etnia ou a sua cor.

Considera que Portugal poderia ter ainda um papel a desempenhar numa união das forças tipicamente africanas, isto é, das forças tipicamente nacionalistas, sem nenhuma interferência dos interesses coloniais ou imperialistas?

Penso que a ideia de uma civilização euroafricana, lançada no começo do século pelo grande etnólogo alemão Leo Frobenius, é uma realidade, não apenas histórica mas também pré-histórica.

A colonização europeia da África, durante quatro séculos, é outra realidade. A terceira realidade é a descolonização, que prossegue, da África após o período de-entre as duas guerras. Na descolonização actual, como na antiga colonização, Portugal desempenhou um papel importante. Esse papel confirma-se pela maneira como o novo Portugal está a descolonizar. Com o efeito, terá descolonizado, radicalmente, no espaço de um ano e meio, o que nenhum país europeu havia feito antes.

É, portanto, natural que, com o novo regime instalado em Portugal, este país desempenhe um grande papel numa união das forças tipicamente africanas, porque a impregnação da cultura neoafricana pelas línguas e, consequentemente, pelas culturas europeias é uma das grandes realidades da África contemporânea.

stituíram na África negra depois de 1940, sempre aconselhei a conduzirem, metodicamente e com perseverança, uma luta armada, mas a estarem sempre prontos para o diálogo.

Acredito na possibilidade de uma evolução pacífica da questão rodésiana, uma vez

que os movimentos de libertação, graças em particular ao Presidente Kenneth Kaunda, começaram a dialogar com o Governo rodésiano. Mas, neste género de negociação, há sempre o risco de um acidente psicológico. É e então, de novo, o recuo às armas. Mas creio que, em definitivo, é o espírito de negociação que prevalecerá.

## “O sr. Vorster é um homem inteligente”

A África do Sul continua a ser o espinho mais profundo fixado no coração do continente negro, uma vez que submete as populações negras aos interesses da comunidade branca. Como se vê a evolução da política da África do Sul e as eventuais pressões que seria possível exercer sobre o Governo sul-africano de forma a modificar a sua política racista?

Creio que os movimentos de libertação nacional da África do Sul e, através deles, a maioria negra, devem aplicar o método de que falei atrás, isto é, combater de armas na mão e, a todo o momento, estar prontos para o diálogo.

Dito isto, é preciso falar das realidades, muito exactamente, da situação actual. Perante o processo de descolonização dos territórios portugueses, isto é, de Moçambique e de Angola, ao qual se junta a próxima conferência das Nações Unidas sobre a Namíbia, que vai efectuar-se em Dakar, o Sr. Vorster começou a abrir-se ao diálogo e escolheu, numa primeira etapa, a Rodésia como campo de manobra. A este respeito, chamo a atenção, para o que disse acima.

Ao mesmo tempo, o Sr. Vorster, que é um homem inteligente, prepara, no interior da República Sul-Africana, o diálogo com os negros, e com os mestiços e os indianos. Não falarei destes dois últimos grupos, se bem que não os subestime nem no plano humano nem no plano político.

No que diz respeito aos negros, é sabido que acabou de fracassar um primeiro diálogo face à recusa do Sr. Vorster em permitir que os negros tenham acesso à propriedade nas cidades. Foi apenas uma primeira recusa. Estou certo de que, se os Estados independentes de África apoiarem as pressões que os movimentos de libertação exercem sobre o Governo sul-africano, o Sr. Vorster acabará por pedir, de novo o diálogo.

No entanto, não devemos ignorá-lo, para obter um resultado rápido é essencial que os movimentos negros de libertação organizem uma frente comum com os mestiços,

com os indianos e com os brancos liberais, mas primeiro com os povos dos Bantustãos.

Para nós, senegaleses, pensamos que só podemos ter uma visão justa das pressões a exercer sobre o Governo sul-africano se nos basearmos nas perspectivas dos Estados

africanos independentes que são vizinhos da República Sul-Africana. Penso, nomeadamente, em Moçambique e em Angola, mas sobretudo na Zâmbia. É a razão pela qual entendemos manter o contacto com o Governo zambiano.

# As ideias coloniais de Marcel Caetano

José Capela

NA PRIMEIRA parte do capítulo do Depoimento dedicado ao Ultramar, Marcel Caetano resume as ideias em que formou o seu espírito quanto ao Ultramar, segundo expressão própria.

Logo de início, procura, no que considera a reacção à política inicial do liberalismo, a justificação histórica para a política que viria a ser a do Estado Novo.

Ora, começa que se o século XIX —lura entre nós, nessa matéria, dominado pelas ideias de assimilação e de descentralização—, no sentido de que todos os homens eram iguais e se deviam aplicar nas colónias as mesmas instituições políticas e jurídicas que na Metrópole, se isso é, realmente, verdadeiro, isoladamente afirmado, transforma-se numa escamoteação de um período histórico cuja análise exige um apedrejamento sem o qual é impossível a sua concretização exacta.

O problema posto ao liberalismo não era, meramente, uma questão de instituições nem sequer de princípios humanistas. Era algo de muito mais complexo, que se vinha a reflectir nas instituições, e com que se defrontava a aplicação desses mesmos princípios. O que, na realidade aconteceu foi que a primeira fase do liberalismo português, o vintismo, e ainda o setembrismo, por factores cuja enumeração se tornaria aqui descabida, operaram numa escamoteação de evolução distorcida. Distorcida, em grande parte, sendo decativamente, pela acção colonial. Esta fornecerá a classe dominante do antigo regime os excedentes para a sua manutenção, no tempo, muito para além de quaisquer expectativas(1). Tendo providenciado o senhorio, não se tendo gerado uma burguesia industrial, tendo o colonialismo português baseado a sua exploração quase exclusivamente no tráfico e no trabalho escravo, os homens de 1820 e das Constituições se, idealmente, punham em pé de igualdade jurídica a metrópole e as colónias, a breve trecho estavam com o problema em aberto do que haveria de ser sucedâneo da escravatura, fonte única das

recitas das colónias africanas e base da produção brasileira.

Esta preocupação agudizou-se com os prenúncios de independência do Brasil, primeiro, e com o reconhecimento da sua irreversibilidade, depois, a partir de 1830. Isto é, em toda a primeira metade do século XIX, a sociedade política portuguesa deparava-se com esta situação paradoxal: a exploração colonial fora uma causa decisiva para o desenvolvimento e evolução da sociedade portuguesa que não gerara a burguesia industrial capaz de tomar em mãos o novo tipo de exploração colonial, já a ser praticado pelos ingleses.

No campo dos princípios, os liberais defendiam, realmente a igualdade de todos os cidadãos e territórios perante a lei. Já é, porém, muito dividido que a sua grande preocupação fosse o poder central único e, mais, destinado a evitar as prepotências dos interesses locais. Isso mesmo ficou patente com o caso da escravatura especialmente a partir de 1830. Sa da bandeira tentou impor a legislação anti-tráfico às classes escravistas coloniais. Foi porém uma tentativa isolada e sem qualquer êxito(2). Antes disso, as Constituições, quase haviam ignorado o Ultramar, de que nem sequer se ocuparam ao longo das primeiras sessões. Quando a Comissão do Ultramar, em 1822, apresentou um «Relatório sobre o Reino de Angola» (parece-se a designação que nada tem de centralizador) e outro sobre Moçambique, lê-lo nada preocupada com os aspectos jurídicos ou estatutários daqueles territórios, outrossim, e exclusivamente como o que hoje chamaríamos de exploração colonial(3).

Torna-se extremamente fácil provocar a diversão dos verdadeiros problemas postos a Portugal pelo seu sistema colonial, transferindo-os para uma área de mera jurisprudência. Ora, a realidade é que as estruturas jurídicas imitavam-se à procura da adaptação superestrutural que desse resposta a exigências de tipo ideológico mas que em nada boliam com a

realidade colonial. E havia que transformá-la. O que se veio a conseguir muito mais tarde, não tanto como reacção à ideologia liberal, mas como resposta a uma realidade comearna de carências de toda a ordem. Enquanto o antigo regime pôde alimentar e sobretudo alimentar-se de uma exploração colonial, quase exclusivamente baseada na escravatura, tudo correu bem. A classe dominante, quer nos postos detentores do poder político, quer integrada nas classes escravistas coloniais, quer prebendado na Metrópole pelos rendimentos daí provenientes, não se punham problemas de maior ou menor autonomia administrativa das colónias. Quando, porém, a industrialização inglesa e outros factores impuseram a extinção do tráfico, primeiro, e da escravatura, depois, o sistema não teve as bases em que assentava, sem alternativa para elas. E que Portugal não dispunha das indústrias nem mesmo das manufacturas capazes de realizarem o novo tipo de mercantilismo que seria a grande motivação da nova era colonial a franquar-se. Tal carência manteve-se até aos fins do século: realidade esta muito debatida por Oliveira Martins(4) e que o levava a descrever das possibilidades portuguesas para colonizar territórios tão vastos.

António Enes, Mousinho, Paiva Couceiro, etc. foram defendido, portanto, contra os liberais, a autonomia, por não se compreenderem com as «instruções pacheramente concebidas no remanso dos gabinetes do Terreiro do Paço, em Lisboa, e transmitidas em apurados ofícios que levavam um mês a transpor por mar a distância até Lourenço Marques». A questão residia, simplesmente, em contrapor uma autonomia administrativa a uma centralização excessiva. Ora, essa reacção a incidir menos na política colonial do liberalismo e mais na jurisprudência respectiva, estava longe de ser uma simples pendência à volta do expediente burocrático. De facto, como dissemos, os homens que fizeram

as campanhas militares de Moçambique, nas últimas décadas do século, debatiam-se não com problemas burocráticos, nem mesmo com problemas administrativos, mas com todo o vazio deixado pelo antigo sistema de exploração colonial. Mousinho dizia-o claramente: «Um dos problemas mais difíceis e ao mesmo tempo cuja resolução mais insistentemente se impõe na África é, sem dúvida, o que resulta da necessidade de aproveitar o trabalho do indígena e da dificuldade que lhe ansempem os hábitos de indolência comuns a todos os selvagens» (5). Se é certo que também se manifesta contra o que classificava de utopias dos liberais, a grande preocupação dos coloniais, nesta altura, era o problema da mão-de-obra. Muito mais do que Mousinho, para toda a política colonial futura, foi determinante a doutrinação de António Enes, repetidamente invocada até hoje. Essa doutrinação foi feita a partir da realidade moçambicana que conheceu. Depois de ter sido ministro da Marinha e Ultramar, a 18 de Junho de 1891 foi nomeado comissário régio para Moçambique, onde voltou em 1894, com zoro comissariado, para dirigir as operações militares contra o Gungunhana (6). O próprio Marcelo Caetano, em trabalho de 1948, classificou o seu relatório sobre Moçambique de «pedra basilar de todo o estudo da moderna administração colonial portuguesa» (7).

Ora António Enes confessa ter ido para Moçambique, em grande parte movido pela esperança de poder responder à «questão capital»: «A Província de Moçambique, reformada à sua administração, promovido o seu desenvolvimento económico por meio de acertadas providências, poderia dispensar a Metrópole dos penados sacrificios, na verdade incompensáveis, que já provocavam activas propagandas em favor da sua alienação» (8). O que se lhe depaorou, levou-o à conclusão de que «o modo de vida de Moçambique» teria de ser a agricultura. E para a agricultura,

tal como António Enes a entendia, era necessária a mão-de-obra. Por isso lhe dedica bom espaço do seu relatório. Ali, sim critica e ridiculariza a legislação e regulamentação liberais do trabalho indígena. Legislação, de resto, que deixava perfeitamente em aberto a viabilidade da utilização do trabalho forçado. Não obstante, António Enes considera necessário o reforço de medidas que levassem o preto a trabalhar. Não sem cair em contradições flagrantes. E que, tal como Marcelo Caetano, debitando a um primitivismo a repugnância do preto por qualquer tipo de trabalho escravo, ignorante de todo das categorias das civilizações e culturas africanas se, por um lado, afirma «que os indígenas de Moçambique não são refractários ao trabalho, e que quem nessa província quiser trabalhadores há-de sempre encontrá-los, se os tratar e lhes pagar bem» (9), por outro, escreve que «na generalidade esses indígenas são indolentes por natureza...» (10), para fundamentar a tal crítica à legislação anterior, alimentar os mitos, do «negro, essa criatura grande», da sua «inferioridade natural». Tudo para concluir que «estes princípios e nas suas aplicações podem basear-se leis e regulamentos que, declarando o trabalho obrigatório para os indígenas em determinadas condições, tornem efectiva essa obrigação, tanto quanto o permita o jogo das leis económicas. E esta reforma ajudada por disposições que permitam utilizar os sentenciados como trabalhadores, creio eu que facilitará aos capitais empregados na província de Moçambique a solução de um dos problemas que mais devem preocupá-los» (11).

O grande, o definitivo problema estava no franqueamento de novos mercados ao capital e para isso, era, realmente, necessária uma autoridade local disposta de autonomia.

Mousinho disse-o ainda mais claramente: dado que em África todas as actividades de Europeia dependem dos pretos, enquanto na

Europa o Estado tem que proteger os operários dos abusos constantes do capitalismo, em Lourenço Marques, inversamente, deve o Governo «defender os interesses da colónia europeia que, de mais a mais, estão neste ponto identificados com os da Fazenda» (12). Era Mousinho, nesta altura, governador de Lourenço Marques e deixou consignada, numa acta, a defesa, para os indígenas de Lourenço Marques, do estabelecimento das penas corporais e de trabalhos públicos, assim como do restabelecimento da pena de chibata, aplicada em doses moderadas: «De resto toda a gente que está em África sabe que nada se consegue do preto sem o chicote de cavalo marinho» (13).

Eram estes os homens que, reagindo contra o liberalismo, procuravam «encarar com decisão e energia os problemas realmente existentes nas paragens tropicais», conforme Marcelo Caetano.

É certo ser o relatório de António Enes, em grande parte, dedicado à organização da vida administrativa e económica de Moçambique. Mesmo aí, nem sequer ia tão decididamente no sentido de uma descentralização. Mas sobretudo na do êxito de homens capazes. Se, realmente, como tantas vezes se ouve, António Enes preconizava que «em Moçambique é que se há-de governar Moçambique», também é certo haver limitações a aplicar a esse princípio: «O regime das relações entre o Governo Central e o provincial precisa ser alterado, e alterado em dois sentidos: ampliando-se a esfera de acção ordinária e legal deste último governo, e restringindo-lhe a esfera de acção extraordinária legal, ou ilegal» (14). O que o fazia adoptar esta solução era a incapacidade do Terreiro do Paço para dar andamento a todo o expediente ultramarino, deixando assim ao arbítrio dos governos coloniais a administração local. E sugeria: «Que a província possa ser governada e administrada na província, segundo normas inflexíveis estabelecidas e sancionadas e fiscalizadas pela Metrópole» (15).

## ● Finanças em Angola em 1930

Outro facto que Marcelo Caetano evoca para o inicio da década de 30 é o das transferências de Angola. As autonomias sem controle teriam sido as grandes responsáveis pela disórdem administrativa das colónias e pelo caos financeiro. Tudo isto como critica aos governos republicanos e aos Altos Comissários. Desde já se poderia adiantar não ter havido maior desordem financeira do que a de Moçambique a saída de Marcelo Caetano do governo.

As bases para a autonomia administrativa e financeira das colónias, votadas pelo Parlamento da República, em 1914, foram no entanto as reclamações provenientes, em especial, dos territórios ultramarinos que não se conformavam com a acção exclusivamente centralizadora de Lisboa (22). E o razão tinha para reclamar. E que sucedia ás propriedades dos senhores absolutistas: não andam nem demandam, nada se resolve. Ainda durante os anos 50 e 60 era patente em Angola e Moçambique a ausência de autonomia que tudo emperrava. Incluive nas empresas comerciais e industriais, obrigadas a centralizarem a sua contabilidade em Lisboa, desde que aí tivessem qualquer tipo de representação, ou escritório...

Mas, as colónias, apontezca até terem ficado improdutivas de utilizar superavit dos seus recursos e os governadores impossibilitados de ajudarem as condições locais, mesmo em assumo de maior in-

significância, as ordens do Governo Central, quantas vezes de todo ignorantes da realidade local (23). Não fazemos agora a análise das bases de 1914 e da sua execução, sempre ditamos que elas foram, naquela época, no sentido de atender a anseos locais, política essa que, a partir do Acto Colonial, jamais foi seguida. Se da sua aplicação não vieram a resultar os benefícios que seria legítimo esperar, não foi, por igual, como uma centralização e com um despojamento como o que o Estado Novo utilizou para ocupação de Portugal e das colónias que se conseguiram resultados, mais brilhantes. Aliás, a grande critica feita ao que se considerava errado na autonomia administrativa e financeira das colónias, coexistia a Moçambique, esfera o intercâmbio comercial, na sua quase totalidade com o estrangeiro. E as propostas para correção desses erros, apresentadas no Congresso Colonial de 1931, tinham respeito a consecução de uma maior unidade comercial com a Metrópole.

Marcelo Caetano restringe as causas do caos financeiro a má gestão colonial. E lembra a acção de Arrindio Monteiro na solução do velho problema das transferências de Angola.

Ora, o problema das finanças colónias tem sido um alibi grandemente utilizado para iludir a metrópole do spodo de exploradora. E que, dada uma crónica situação deficitária nos orçamentos colónias, quase sempre a metrópole mais não teria feito do que proceder ao suprimento desta situação deficitária. Em vez de receber, a metrópole temia passado o tempo a exportar-se para aguentar as colónias.

A realidade é, porém, bem mais complexa.

Em primeiro lugar, e relativamente a situação das finanças de Angola, em 1930, é preciso acrescentar ao que Caetano refere, que as Associações Comerciais de Angola responderam, num bem elaborado trabalho (24), ás acusações de Arrindio Monteiro. Este, para apreciar a situação de Angola, reportar-se aos números do movimento comercial de 1929, e afirmou os representantes das actividades económicas de Angola que se Arrindio Monteiro tivesse podido dispor dos números referentes ao movimento comercial de 1930 e do primeiro semestre de 1931, - a outras conclusões teria chegado, pois tais números demonstram que a Colónia, sem a intervenção de quaisquer medidas restritivas promulgadas, soube tomar, naturalmente, as providências de defesa que as circunstâncias aconselhavam (25).

E historicam, relativamente a Angola, «a velha política colonial da exploração das colónias pelas metrópoles», citando as lições de Roy Ulrich sobre Política Colonial - as colónias portuguesas eram governadas unicamente no interesse da metrópole, como o prova a criação de monopólios, numerosos, as restrições ás indústrias, os impostos exorbitantes a exploração brutal das riquezas ultramarinas (26).

Não seria aqui o lugar de iniciar pormenorizadamente a evolução financeira de Angola mas uma coisa assenta as Associações Comerciais de Angola contra a opinião de Marcelo Caetano segundo a qual a desordem financeira de 1930 se deveria a má

administração republicana: «A Angola deparava-se uma nova fase - a mais importante em toda a sua história - de intensa valorização. Isso se deuvo à República. A promulgação das cartas orgánicas, concedendo-lhe a autonomia administrativa e financeira, além de um importante empolungo, marcavam nova e moderna orientação na vida colonial portuguesa, que os acontecimentos mundiais e as dificuldades e fenômenos dela derivados fizeram quebrar, não permitindo realizar os frutos naturais da sua sequência, nem aplicar totalmente o plano traçado que foi desastrosamente interrompido (27).

Ao evocar os estados críticos das finanças colónias, esquecem-se factos como o que se verificou durante a primeira grande guerra, durante a qual Angola ficou impelida de exportar o seu cocóe para o estrangeiro, pois necessitando a União Fabril para o fabrico dos seus óleos, na sua totalidade pode ser exportada para o estrangeiro, acabaram-se o governo, em Lisboa, algumas nemessas. Em Fevereiro de 1916 era de novo liberalizada a exportação de cocóe. E que, então, já a União Fabril não precisava dele. Mas quando a União Fabril o acabaram-se tinha, em colocação fácil no estrangeiro, a cotação muito mais alta que a nacional e, entretanto, tinham-se perdido os mercados estrangeiros.

Como diziam os comerciantes angolanos, em 1931, «se Angola pudesse importar livremente e em regime pausal adequado, as mercadorias de seu consumo, das praças que mais baratas as fossem, a sua necessidade de coberturas reduzir-se-ia em proporção (28).

## • O acto colonial

Segundo Marcelo Caetano, as críticas ao Acto Colonial seriam devidas: a) a uma ou outra fórmula retórica (tais como «império colonial»);

b) à persistência do termo *colónia*, muito criticada no Congresso Colonial do mesmo ano por «...saudosismo do passado monárquico, mera atitude reaccionária...»;

c) à distinção entre *Metrópole* e *Ultramar*.

É respondido a estas críticas com a alegação de que, dado o seu primitivismo de economia e civilização, as colónias não podiam ser governadas pelas mesmas leis que Portugal.

Ora, as críticas ao Acto Colonial, tanto as actuais como as de sempre, jamais se fundamentaram, como pretende Marcelo Caetano, em simples nominalismo, a não ser na medida da ideologia prevalente que esta terminologia pudesse significar. O que se criticou e se critica é o recuo espantoso que o Acto Colonial representou na política colonial portuguesa. Classificar de reaccionária a crítica ao Acto Colonial é o cúmulo de desfaçatez.

No discurso com que, a 30 de Junho de 1930, Salazar apresentou ao país os «Princípios fun-

damentais da nova ordem de coisas», começa por afirmar-se o direito histórico da Nação Portuguesa «possuir, fora do continente europeu, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência» (16).

Como se afirmou no Congresso Colonial, cujas críticas ao Acto Colonial Marcelo Caetano refere, «nesse documento pela primeira vez se determina por lei o rumo histórico dum povo, deicta-se a finalidade dum Estado, que o país é colonizador e que a sua função é colonizar» (17).

A primeira crítica, na sessão extraordinária do Congresso para discussão do Acto, não foi a retórica da terminologia mas contra o facto de, «tendo sido a política tradicional portuguesa dum *grande assimilação*... se venha agora dividir os territórios da República Portuguesa numa *Metrópole* e num *Império Colonial*, visto que estando a *Metrópole* inteiramente definida, se as colónias forem reunidas em Império onde residirá a cabeça desse Império?» (18) Aliás, o projecto do Acto Colonial — que foi o que se discutiu — se mereceu críticas profundas, particularmente da parte de Cunha Leal (que será, certamente, exagerado classificar de possuído de «saudosismo do passado monárquico» ou de mera «atitude reaccionária») também benéfico do apoio declarado de homens como Henriques Galvão.

Para além de aspectos meramente formais, Cunha

Leal (19) faz incidir a sua crítica no facto de se pretender fazer o equilíbrio orçamental por meio de disposições constitucionais o que é uma casuarie orçamental.

«Ninguém, a não ser, numa época distante, o sr. dr. Afonso Costa, ainda tinha pensado em estabelecer como obrigação constitucional, o equilíbrio orçamental; e para que essa obrigação se estabeleça, é caso para perguntar se é possível».

Depois, Cunha Leal analisa a situação financeira e económica de Angola para provar que o equilíbrio orçamental desse território é impossível. E conclui: «Sendo assim, para que se pretenda estabelecer esta doutrina na Constituição?».

Criticou, a seguir, a forma como se pretendia eliminar o regime dos Altos Comissários o que entendia representar «uma «contradição»:

«Pois não se compreende que o Governo, ao mesmo tempo estabeleça o seguinte «as colónias bastam-se a si próprias, mas eu nego a descentralização às colónias», porque isto é absurdo!».

Considerando o Acto Colonial como mera especulação política, dado existir já a «soberania íntegra dentro da Nação, emenda dever-se contrariar a tendência de a economia colonial estar a passar para as mãos de estrangeiros. E voltando ao equilíbrio orçamental realizado por lei, opinar que o mesmo só se poderia efectivar «à custa do esgotamento da colónia visto que nela o trabalho se vai transformando em capital, o comércio tem que andar con-

stantemente a pedir dinheiro emprestado, os capitais próprios passam a não representar coisa nenhuma, visto que essas entidades têm em comanda o Banco de Angola, o Banco Ultramarino ou entidades estrangeiras que irão desta forma minando cada vez mais a sua infiltração lenta.

Vendo no equilíbrio orçamental a melhor maneira de estragar as colónias ao estrangeiro - por dez reis de mel coado - defende o nacionalismo que seria o de -fazer uma economia colonial bem portuguesa, bem nacional, alastada de todas as influências estrangeiras.

Também ninguém criticou a distinção entre a Metrópole e Ultramar. O que pretendiam os colonos do Congresso, conforme o voto III, era que -Dos termos do Acto Colonial deverá resultar invariavelmente que, Metrópole e Províncias Ultramarinas, constituem um todo unitário e indivisível- e apenas seis congressistas, um deles Henrique Galvão, votariam essa conclusão se tivessem a seguinte redacção: -Nos termos do Acto Colonial deverá resultar invariavelmente que Metrópole e Províncias Ultramarinas constituam uma unidade política, administrativa e económica- (20).

Ora o que será importante relevar aqui, para além da importância do Acto Colonial como marco histórico na colonização portuguesa, é, de modo nenhum, o formalismo desta ou daquela expressão, mas a ideologia prevalente. É o que se pode ver e

que tanto o autor do Acto Colonial como os colonos reunidos na Sociedade de Geografia, todos eles, estavam de acordo no interesse de racionalizar a exploração colonial. O que se discutia não eram palavras mas a melhor maneira de o fazer. Quanto ao acerto das posições que Marcelo Caetano tomou em defesa da letra e do espírito do Acto Colonial, suponho terem-lhe respondido suficientemente os factos subsequentes até aos nossos dias.

Acontece porém que há uma especificação: o Acto Colonial atenderia ao primitivismo dos territórios africanos, dedicando-lhe uma jurisprudência própria.

Ora quanto ao caso da Índia, como refere sem comentários, o que aconteceu foi a redução de um território com o estatuto de Estado, à condição de colónia (21). Mas pretendem obter as parcelas africanas uma legislação condizente com a sua civilização específica, é alguma coisa de delirante. O simples facto de o Título II do Acto Colonial vir criar a categoria de indígena é mais do que significativo. Não obstante lhe atribuir a liberdade de trabalho. É que, se por um lado, se reconhecia assim uma situação de facto, de subalternidade em cidadania, que poderia valer ao homem clássico, de todo ignorante da codificação jurídica, um estatuto cuja letra paternalista o poderia teoricamente proteger? Nas colónias, a lei não rendia nos códigos, para os indígenas. A lei era o senhor todo poderoso dos

destinos de um preto: o administrador que, em pleno mata, praticamente sem qualquer controlo, exercia todas as funções quer fossem de natureza política, quer judicial, quer administrativa, quer policial. Os códigos elaborados no Terreiro do Paço nada tinham a ver com a realidade do povo africano. Exprimeiam somente uma tendência ideológica e nada mais. No campo da prestação de trabalho, que o Acto Colonial refere expressamente, a escravatura existiu sempre, sob a forma de trabalho forçado não remunerado, sucedeu-lhe o trabalho forçado excessivamente remunerado e mesmo, nos anos 60, a legislação que atacou directamente o problema foi elaborada, claramente, para ONU ver, até porque as cláusulas condicionais emanadas dos Governos Gerais para as administrações de circunscrição eram peremptórias a esse respeito.

Marcelo Caetano tenta a justificação de toda uma política a partir de actos e leis saídos de um Governo central em Lisboa. Mas a realidade da colonização muito pouco ou nada tinha a ver, na sua aplicação prática, com esse formalismo. Tinha tudo a ver, naquela medida em que essa mesma prática era a expressão quotidiana de um sistema em funcionamento. Sem a captação deste tipo de dicotomia, torna-se extremamente difícil chegar ao fundo das questões e correria o risco de transferir para um plano ideal problemas que são, decididamente, de outra ordem,

## Indigenato

per a partir dedicada à cultura e ideias coloniais. De novo afirma ficar por ver — condenar a ação colonial portuguesa enquanto o indigenato — de assimilação seriam concedidos por eles com as sociedades e a pelos seus membros nem ser violentamente assimilados. Com a do indígena passava a português de pleno

o Cristiano, outros do Depoimento, evoca o do direito que teria da colonial para o favor das teses que ou bem. Quem deixa mentiras totais ou ignora de todo a mental, ou usa de ma

o outro lugar, o co- nunca teve qualquer de qualquer tipo que os valores da sociedade social. O indigenato, se aliado, foi o ex- para liquidar a qualquer vileidade de mento de direitos a um substituto das culturas e não a dever-se não a consideração da ad- por elas, mas à sua para as destruir de um o tribalismo, isto é, o mais negativo se poderia da sociedade africana, sendo pelo ocupante na a partir para melhor

de às línguas do, houve autênticas em a missionários que, mesmo o ensino do as nas escolas, as para os contactos e nos actos litúrgicos, e ensino rudimentar e apenas do português e mesmo, o que foi uso em geral, ensinar primeiro

outra e, através desta, o de. Nas publicações de em defesa o uso de idiomas, em Moçambique, na utilização estava para cada caso, à de previa e sempre de do português.

o preto estava sujeito a e igualmente vexatórias: de de sair à rua e não ser com- tado especial da de; não podia frequentar de espectáculos,

em, além, nem nunca se previa a entrar noutro de fosse, frequentada de; nas repartições e apanhava tempos in- peditos diferenciados dos de em europeus; isto sig- nificava. Mas não vai longe de que, por exemplo, na de Beira, sede da Com- de Moçambique, então de, sem sequer podia de em muitos das ruas de a de desatrasassem

de a intrusão a qualquer e prazos; tinha como de sem de dias de prisão de nos escravos, cargas de de palmoadas que de e vítimas incapazes de e mãos, e muitas vezes os de para largas temporadas, de na em cada ad- de de circunscrição, ou de, mas, os especialistas, e polícias auxiliares, de muito robustos de de esse ali. E durante de, em cada desses locais, de por fora, a palmaria de, isto é que era o in- de mas arrebanhadas à do administrador, de de de exaltada quantia por de vendidas para empresas e de de onde, longe das de em instalações sórdidas, de locais alimentares e com- de simos, eram forçados a de não sobre o qual se de a riqueza colonial, de a de o indigenato. (30);

Domingos Arouca, conta-nos, em folheto dedicado à análise social do regime do indigenato (31), alguns dos vexames, aquilo por que um preto, só porque o era, assimilado ou não, tinha que passar. Após citar vários factos, relatados em jornais, de casos de assimilados impedidos de entrar em cinemas — o que era normal — mostra-nos a situação kafkiana a que um preto estava sujeito: admitindo que só um assimilado poderia entrar numa casa de espectáculos, e sendo a assimilação requerida voluntariamente, assim se via o indígena, indirectamente coagido a obtê-la, para sofrer nos vexames quando tentasse utilizar as prerrogativas da cidadania. Demais, como haveria o indígena de adquirir os «hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses», conforme se exigia, se, por outro lado, lhe fechavam

todas as portas, desde a escola até ao convívio social? Se fosse o número de assimilados o critério para auferir da festejada capacidade civilizadora dos portugueses teríamos de concluir pela sua inoperância, dado o número exigiu que nunca ultrapassou.

Segundo os censos de 1950, para 4 milhões de angolanos havia 30 mil assimilados e, em Moçambique, para 5 milhões e 700 mil indígenas, 4 mil e 300 assimilados.

A criação do indigenato não foi simplesmente uma iniquidade jurídica. Foi um crime social, pois representou a consagração jurídica de novas formas de escravatura de facto. Que em pleno século XX assim se tenha legislado e alguma coisa de fantástico mas que, em 1974, se venha apregoar os benefícios de uma tal ordem institucionalizada, é atitude que escapa a qualquer qualificação.



### ● Integracionismo

Passando à parte segunda, Marcelo Caetano entra na descrição da sua entrada nas actividades públicas relacionadas com as colónias. Referindo o «integracionismo» defendido a partir dos anos 50 e a sua aplicação prática. Do que se lê, pode inferir-se ter sido, nessa década, decretada a abolição do indigenato. É falso. Foi-o já na década de 60, sob a pressão internacional. Em 1957, D. Sebastião Resende ainda estava a preconizar essa medida e tal era o ambiente relativamente a esse assunto que acatejava «a admiração que esta minha atitude haja, porventura, de provocar»(32). Foi com Adriano Moreira na pasta do Ultramar, e a partir de Junho de 60, que se iniciou uma apressada legislação que começou por proibir sanções penais nas falhas aos contratos de trabalho e outra legislação laboral, aliás de escasso efeito. Em Maio de 1961 foi abolida a cultura compulsória do algodão e, finalmente, a 6 de Setembro do mesmo ano, abolido o regime do indigenato. As alterações na vida quotidiana do preto de Angola e de Moçambique foram mínimas, mas esta legislação, também ela, ia a reboque dos acontecimentos e da pressão internacional.

Entre as consequências desse integracionismo, Marcelo Caetano põe o sistema de pagamentos interterritoriais «que devia assegurar as transferências das moedas por valor ao par do escudo metropolitano entre todas as parcerias do território, e que acabou por facilitar as fugas de capitais para a Metrópole à custa de enorme dívida das províncias constantemente acumulada sob o nome de atrasados». De novo os atrasados, e de novo a mistificação do problema. Aqui, repete-se, a papel químico, a história. Na realidade, o grande problema dos atrasados ficou a dever-se primordialmente à exploração da metrópole: as fugas de capitais foram importantes mas não foram o principal. A TAP e as Companhias de Navegação, com exclusivos, drenando todas as receitas dos transportes e sobretudo a exportação de matérias primas de que o açúcar pode constituir um exemplo típico, são os grandes responsáveis pelo caos financeiro de Angola e de Moçambique.

Segundo o regime açucareiro(33) vigente, conforme decretos de 1952 e 1960, Moçambique deveria fornecer cerca de 2/3 da sua produção à Metrópole sua, através do Governo, também lhe fixava o preço (CIF Lisboa ou Leixões) e que, em 1964, fora de 370000 por tonelada. Em 1973, o Grémio dos Produtores de Açúcar do Ultramar estava a pedir um aumento de 40%, isto é, a fixação em 518000.

de harmonia com o disposto no regime, quando, na altura, a cotação internacional era de L 104, ou seja 582400. Mas as ofertas recebidas no Ministério da Economia eram, preço mínimo, de 6561364/tonelada, o que representava cerca de 70% mais do que o preço pago a Moçambique.

Se se tivesse mantido esta posição prevista para 1973, a Metrópole teria de pagar em divisas mais de 2 600 000 contos (4000 TONS: #6561364) para adquirir uma quantidade de açúcar que teria adquirido ao Ultramar por apenas 148 000 contos, o que não faria dada a incapacidade deste em produzir o necessário e que o Grémio atribuía à falta de remuneração adequada. Não levando porém, em conta a cotação internacional e considerando apenas a diferença entre o preço praticado (370000) e a diferença para mais pedida pelo Grémio (148000) Moçambique considerava-se lesado, em divisas, com a exportação de açúcar para a metrópole em 343000 contos, assim: 232 000 toneladas X X 148000 = 343 360 000500.

Acontecia ainda que o Ultramar não podia exportar açúcar refinado para a Metrópole. Esta proibição remonta aos tempos da formulação do Pacto Colonial, no século XVIII, foi atenuada em 1952 mas de novo resposta, em todo o seu vigor, em 1970. O prejuízo calculado para Moçambique por se ver obrigado a exportar ramos e não produto acabado eleva-se a 185 000 contos o que, somado à verba anterior, monta a um prejuízo na balança comercial e na balança de pagamentos, com a Metrópole, de 528 000 contos, para 1973.

O mesmo se passou com o algodão, etc., etc.

Outra afirmação pelo menos parcialmente falsa: «A integração ganhou em partidários e prestígio justamente com a eclosão do terrorismo em Angola em 1961». Em Moçambique, decididamente, não ganhou. Participamos de um processo, em Abril desse mesmo ano, em que se reclamava um máximo de autonomia para Moçambique e que estava a transformar-se em movimento verdadeiramente nacional quando a PIDE encarcerou os mais activos, não sem manifestações de grande porte, na cidade da Beira, que só a presença de metralhadoras dispersou. No documento, que estava na base desse movimento, alacava-se, justamente o abandono da política de autonomia administrativa, o integracionismo, o Instituto de Indigenato, a exploração colonial, etc. E ia-se muito mais longe, propondo a constituição de um Governo de Moçambique, nessa altura, ainda, de preferência nos moldes da Comunidade Portuguesa de Nações(34).

Estas realidades esqueceu-as Marcelo Caetano.

## As de libertação de Angola

especifica, vem à luta de  
de Angola. Como causas  
de Marcello Caetano.  
de, exclusivamente, a  
deza do Congo e a  
de injustiça desse acor-  
de para Angola. Fazer a  
de guerra, iniciada em  
de ler a história da  
de sapiana que remonta  
de tempos da ocupação.  
de para aqui. Haverá,  
de a assinalar que, em  
de 1960, deixam, em  
de, os primeiros  
de anos, com grande  
de audaciously festiçados.  
de apenas mais tarde,  
de um milhão de dois mil  
de jua o exterior (35).  
de o propósito do levanta-  
de 15 de Março, no Norte  
de da. Marcello Caetano  
de «Com a confiança  
de que nos caracteriza e  
de a dignidade dos altos  
de não tínhamos em  
de de segurança que  
de . . . o comando militar

stituída por unidades indígenas».

Voltando de novo atrás. Em  
de Março de 1979, a polícia efectuou  
de em Luanda e noutras cidades  
de numerosas prisões. Após as tortu-  
de ras e o habitual procedimento  
de prisional, em finais do mesmo ano,  
de era publicada a lista de presos e  
de dela constava Hédio Tomé Alves  
de Machado, funcionário dos correios  
de e primeiro presidente, eleito  
de clandestinamente, do Movimento  
de Popular para a Libertação de  
de Angola, fundado em 1956, e de  
de cujas tentativas de conversações  
de com o governo português Marcello  
de Caetano também não fala. Outras  
de listas incluíam Mário Andrade,  
de então em Paris, Viriato da Cruz,  
de igualmente em Paris, António  
de Jacinto, então no Brasil. Em  
de Agosto de 1960, um tribunal  
de militar, que funcionou à porta  
de fechada, aplicou sentenças pesadas  
de que atingiram vários militantes do  
de M.P.L.A. Em Novembro, foram  
de executados oito africanos na prisão  
de de Luanda (36). Mas a propaganda  
de oficial, como Marcello Caetano,  
de sempre apressado que tudo vinha  
de do exterior; e assim se tentava  
de esconder que a revolta era, agora,  
de definitiva, contra uma ocupação e  
de contra uma espiração de séculos.  
de Quanto à adesão popular,  
de apresentada à Assembleia de Salvação de

em força», apenas diríamos que  
de gostaríamos que, como nós,  
de Marcello Caetano tivesse acom-  
de panhado os primeiros contingentes  
de mobilizados, nesse mesmo ano de  
de 1961, e, como tanto gosta de  
de evocar para aval de muitas das  
de suas certezas, tivesse falado com  
de seus familiares...

## ● Política de continuidade

Na parte terceira, Marcelo Caetano justifica a sua política de continuidade quanto ao Ultramar. Ao tomar conta do poder, sucedendo a Salazar, depois de analisar a situação, concluiu não poder ter sido outra posição portuguesa. Porque? Por não poder ter sido outra a posição minoritária branca nem Angola ao movimento de Holden Roberto. Aos primeiros, para evitar a formação de estados raciais e, ao segundo, porque «a opção nacional teria com nítido que os caracões da população do Congo fossem premiados com o reconhecimento oficial de uma vitória que não tinham obtido». Das pessoas consultadas, dos documentos lidos, e da opinião pública, não colheira que se preocupasse outra orientação.

Primeiro que tudo, há a considerar que, realmente, de uma óptica colonialista, não podia olhar-se a situação senão à flor dos acontecimentos imediatos. Porque é que Marcelo Caetano ignora a total assistência e teimosia do governo português perante as correntes de pensamento universalistas? E, porquê reconhecer para Angola apenas o terrorismo de Holden Roberto? Não certamente por acaso. É inadmissível aceitar que Marcelo Caetano ignorasse a existência do M.P.L.A., integrado de elementos de todas as raças (Marcelo Caetano concederia «com carácter menos racista», de intelectuais de alto coturno, etc., cuja fundação remontava a 1956 e tentara uma via pacífica para a resolução de Angola, esbarrando sempre com a intransigência do governo português. Como em 1960, quando a resposta a um

memorando do MPLA foi a prisão de Agostinho Neto e de 52 outros militantes<sup>37</sup>).

É uma argumentação evidentemente detonante. Como é profundamente desonesto evocar pessoas consultadas e a opinião pública. A opinião pública que podia expressar-se era única e exclusivamente a afecto ou paga pelo próprio governo e seus aliados. A outra ia para Casias. Como pode, com seriedade, argumentar-se de tal maneira?

Depois, que política colonial era essa que se punha em termos dicotómicos de haver ou não soberano? Quando põe, para a rebatar a hipótese de abandonar Angola exclui Moçambique onde «ainda não houvera soberano». Assim se vê a mesquinharia de uma política que reduzia problemas de povos escravizados e de raças exploradas a uma mera questão de polícia: «A situação existente nas províncias ultramarinas não era, de resto, salvo na Guiné, muito «alarante». E como concluiu: «Assim, não se tratava em 1960 de negociar com povos subjugados ou de pôr termo a levantamentos nacionais. Os bandos guerrilheiros eram relativamente pouco numerosos e sem representatividade. Condições, era uma questão de segurança interna.»

Contra toda a evidência, porém, Caetano, alimenta literalmente os mitos que a sua propaganda governamental desacreditada obstinadamente nos tentos impõe: na Guiné, o PAIGC conseguiu infiltrar guerrilhas a partir da Guiné Conary e do Senegal, onde se abasteciam, e onde se refugiavam. Hoje já se conhece como a opinião das Forças Armadas no terreno dos observadores internacionais, dos jornalistas que frequentemente visitavam as zonas libertadas era bem diferente. Não percebemos a quem quer Marcelo denar poeira nos olhos, agora, que

tudo ficou patente.

As inexactidões e as falsidades sobre os movimentos de libertação sucedem-se. Desde atribuir a gênese do MPLA a uma dissidência da UPA, o aparecimento da FRELIMO como grupo rival da MANU (Mozambique African National Union) quando, de facto, a Frente de Libertação de Moçambique foi o resultado da fusão, a 25 de Junho de 1962, da MANU e de mais dois movimentos<sup>38</sup>), até a ênfase atribuída a ausência de uma subjugação generalizada das populações, tudo denuncia o tipo de governo que tínhamos e, pior do que nós, os povos das colónias. Inconsciências e erros menores sobre os sujeitos de um governo, por parte deste seriam sem importância. Mas o desprezo, mais do que a ignorância, por realidades políticas e sociológicas fundamentais numa área que o mesmo governo coíscava como primeiro escopo da sua atenção...

Na parte quarta, realça a influência que, no seu espírito, teve a viagem à África, em Abril de 1969. A partir dessa viagem ter-se-ia definitivamente determinado a continuidade da política colonial. E isso pelas manifestações de que foi alvo... em Luanda, Lourenço Marques, na Beira e em Nova Lisboa: As manifestações... todos sabemos o que elas eram mas nem todos saberão como eram, naquelas cidades, onde, logo de manhã, nos subúrbios, passavam os camiões e onde case-lête em mão, a polícia metia honeros, mulheres e crianças para os conduzir ao aeroporto e os alinhar ao longo das ruas para a cidade. Marcelo Caetano não acreditava nos votos «expressos em quadros de papel por eleitores analfabetos e tinha razão. Mas aceitava tal tipo de manifestações como apoio incondicional à sua política, o que é fantástico!

## ● Autonomia progressiva

Na parte quinta, espanta-se o antigo presidente do conselho na exposição e justificação da sua política de autonomia progressiva.

Este programa até seria viável no séc. XIV. Então, era começar no fim. Só agora é que se iam "fundar verdadeiras sociedades multiraciais onde brancos, pretos e amarelos tivessem o seu lugar em igualdade de condições e de oportunidades."

Visionava — diz — um futuro de tolerância racial e de inevitável consciência de culturas: "Tive sempre respeito pelas culturas africanas". Pela língua, a melhor expressão de uma cultura, não tinha Marcelo Caetano respeito nenhum. Basta recordar como, em resposta evidente ao discurso de Adriano Moreira (19), na Sociedade de Geografia, a 11 de Dezembro de 1973, verberara ele o uso das línguas nativas pelos missionários e se insurgira contra o facto de existir ensino das mesmas em Lisboa (in Apêndice a Depoimento). De resto, dificilmente se poderá compreender que espécie de respeito seria esse, da parte de quem não sabe referir-se aos povos africanos senão com os qualificativos imediatos de primitivos, selvagens ou terroristas.

Quanto à reacção provocada pela revisão constitucional de 1976, respeitante à inclusão dessa autonomia, seria caso para ver de

onde ela veio. Mas toda a gente o sabe. E, nessa autonomia, o Governador local não só era nomeado pelo Governo central, como se mantinha, à sua escala, o senhor local todo poderoso. Que ninguém lhe respondera, das colónias, o "mas" que pretendiam. A Guiné respondeu, e muito concretamente.

Caetano lastima-se da falta de quadros nativos que pudessem dar corpo à sua política de autonomia administrativa. Mas por que é que não havia quadros nativos? Pela razão simples de que o colonialismo português, que Marcelo tanto defende, jamais se interessou pela promoção, a qualquer nível, do homem negro. Até à sua extinção, o colonialismo português não viu no preto senão o escravo ou o componente de uma mão-de-obra escrava. Foi por isso que, ao deixar Portugal o domínio dos territórios africanos também lá deixa o lindo saldo de mais de noventa por cento de analfabetos.

Por outro lado, honra lhe seja, Marcelo Caetano reconhece que, dos valores africanos, havia os que não queriam comprometer-se. Necessário será acrescentar que, ao contrário do que tantas vezes se quer fazer crer, ao longo de Depoimento, tanto angolanos como moçambicanos atingiram um grau notável de politização, como efeito da luta. Esse fenómeno torna-se transparente a quantos, como nós, podiam conviver diariamente com os africanos dos mais incultos mas tornava-se impenetrável aos arrivistas visitantes das grandes cidades angolanas e moçambicanas que nada ou muito pouco tinham de africano...

## ● Relações económicas

Na parte sexta volta-se ao problema dos atrasados, sobre o qual esperamos ter dito o suficiente para uma apreciação correcta do problema.

Ainda aqui, a questão nunca foi de mecanismos burocráticos tão claramente resultante de um sistema de exploração. Por exemplo, a balança comercial de Moçambique se, até ao 60, era realmente deficitária, as invidéas correntes permitiam-lhe uma balança de pagamentos positiva. A situação veio a degradar-se, exactamente, pela exacerbção dos mecanismos que permitiam a Lisboa cobrar em exclusivo as receitas totais dos transportes marítimos e aéreos, colocar sem concorrência nas colónias excedentes da sua produção, como era o caso flagrante do vinho (40), etc. Para Castano, as colónias gastavam mais do que podiam e, nesse princípio, sempre sustentaram as medidas para solução do problema. Que nunca resolveram, exactamente porque o problema era bem outro. O colonialismo, qualquer colonialismo, não sendo o português excepção, procura viver sob o proteccionismo necessário e satisfazer as classes dirigentes metropolitanas.

Quando ao proteccionismo, no sistema colonial português, teve uma expressão patente, na obtenção das matérias primas abaixo das cotações mundiais, como foi o caso do algodão que alimentava a nossa indústria têxtil, reservando o produto acabado para os mercados coloniais privilegiados. No circuito de importação e exportação, acontecia que Angola colocava em Portugal 40% da sua produção e recetiva de Lisboa a mesma percentagem de produtos. O alcance deste sistema de trocas terá um verdadeiro significado se se acrescentar o condicionamento industrial que impediu a industrialização das colónias, notadamente no campo têxtil. Angola chegou a vender a Metrópole um valor maior do que o que lhe adquiria. Mas o Estado português e alguns interesses

privados lutavam a melhor das luctas obtidas nas operações de troca.

Quando poderiam as colónias sair da sua conta corrente no Fundo Monetário da Zona do Escudo se, por exemplo, em Angola, em 1964, entrou em vinho, (vinho português a um preço muito superior ao que Angola poderia obter de outras províncias) um valor cinco vezes superior ao dos tractores importados? Aliás, o vinho foi, também em Moçambique, e durante muitos anos, uma das maiores importações, em valor cinco vezes superior ao dos desenvolvidos este é, certamente, um índice esclarecedor.

Após o problema dos atrasados, Marcelo Castano justifica a sua aprovação ao projecto de Cabora Bassa (41). Não sem revelar a interferência dos embaixadores da Alemanha, da França e da África do Sul que terão sido determinantes na decisão de Marcelo.

Outro por um lado, Marcelo Castano classifica de estúpida a mobilização internacional anti-portuguesa motivada pelo projecto. E, por outro, admite agora ter representado Cabora Bassa um encargo cambial para Moçambique. Quando, na defesa demagógica que outrora fez, alegou rotundamente que, sendo a obra financiada pelos países estrangeiros desenvolvidos, Portugal ficava livre de encargos, sendo estes amortizados exclusivamente pela produção da própria barragem. Além deste sarcasmo, há ainda a considerar o que foi para a inflação de Moçambique o derrame mensal de um volume de vencimentos pagos, na debilidade de uma economia quase sem produção própria. O que, de demagógico teve o lançamento de Cabora Bassa fica patente em Depoimento. Mas o que será mais de considerar é, evidentemente, a repercussão negativa que teve na opinião pública mundial.

Esta campanha nunca se desenvolveu sobre os aspectos técnicos ou até meramente desenvolvimentistas do projecto. É incontestável que se trata de uma obra de envergadura extraordinária e capaz de aportar grande riqueza à África Austral. Mas exactamente aqui começavam

os problemas. Cabora Bassa era realmente destinada ao enriquecimento do povo de Moçambique? Ou mesmo do povo da África Austral? Ou atendia a interesses que muito pouco tinham a ver com a generalidade dessas populações? A esta luz, parece-nos, é que tem de ser entendido todo o alarido à volta do caso Cabora Bassa. É é claro que, tendo Depoimento, se ainda nos estavam dividas, a perspectiva do governo português era, como não podia deixar de ser, a de atender aos interesses imperialistas na área e, sobretudo, em esquema capitalista, beneficiar (?) as populações. Em território carecido das estruturas mais elementares de ensino, assistência, mesmo de produção, a que vinha um projecto daquela grandezça? Uma macrocefalia anómala que não resistia a qualquer lógico. Não menos, um marco decisivo na implantação imperialista à litemento radicada na África Austral. Defender o projecto era, evidentemente, atender os interesses que, certamente, os seus representantes, notadamente, os da Alemanha, da França e da África do Sul fizeram valer junto do chefe do governo português. Basta dizer que a energia produzida só tem viabilidade de consumo rentável no Transvaal. Sem esse consumo, Cabora Bassa ficaria sem razão de ser. Também por isso os sul-africanos estiveram na defesa militar das obras.

Aliás, o projecto era político. Contra ele, foram economistas do Ministério do Ultramar que, de início, o estudaram. Foram economistas de Moçambique e o próprio Marcelo Castano, antes de lhe serem presentes...argumentos políticos. Por ser político, e por ser um facto usando Moçambique se torna independente, é evidente que

## Notas

(41) Tema que desenvolve, sob o título Uma sociedade tisnoada na Parte III de ESCRAVATURA A EMPRESA DE SAQUE O ABOLICIONISMO (1960-1970), Porto, Almonaster, 1984, págs. 181 e segs.  
(42) Idem, págs. 236 e segs.

- (13) *Idem*, págs. 222 e 223.
- (14) **O BRASIL E AS COLÓNIAS PORTUGUESES**, Lisboa, 1953, passim, nomeadamente págs. 189 e segs.
- (15) J. Moininho de Albuquerque, **MOCAMBIQUE 1896-1898**, Lisboa, 1899, pág. 102.
- (16) Marcellino Caetano, **ANTÓNIO ENES E A SUA ACCÇÃO COLONIAL**, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Novembro e Dezembro de 1948, 56.ª série, n.ºs. 11 e 12.
- (17) *Idem*, pág. 573.
- (18) António Enes, **MOCAMBIQUE**, Lisboa, MCMXLVI, pág. 31. É neste relatório, que vêm expressas as ideias coloniais de António Enes que seriam decisivas para o futuro colonial português.
- (19) *Idem*, pág. 69.
- (20) *Idem*, *ibidem*.
- (21) *Idem*, pág. 77.
- (22) **MOUZINHO GOVERNADOR DE LOURENÇO MARQUES**, Lourenço Marques, 1950, pág. 201.
- (23) Extracto da Acta da Sessão da Junta Consultiva do Distrito em 4 de Abril de 1891, in *Idem*, pág. 207.
- (24) António Enes, **MOCAMBIQUE**, cit., pág. 230.
- (25) *Idem*, *ibidem*.
- (26) *Idem*, pág. 222.
- (27) Discurso de Salazar, de 30 de Julho de 1930, in **O ESTADO NOVO** - união nacional, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, pág. 9.
- (28) Cunha Leal, na 1.ª sessão ordinária, em 9 de Maio de 1930, in **CONGRESSO COLONIAL NACIONAL**, DE 8 A 13 DE MAIO DE 1930, Lisboa, 1934, pág. LVII.
- (29) Carlos Alpoim, na sessão de 13 de Março de 1930, in *Idem*, pág. CLXXXVII.
- (30) *Idem*, págs. CXCI e segs. para a intervenção de Cunha Leal na sessão de 13 de Março de 1930.
- (31) *Idem*, págs. CCLI e CCLII.
- (32) Vide **O CASO DA ÍNDIA**, editorial no jornal República de 20 de Outubro de 1973, onde vêm transcritas críticas de góses ao Acto Colonial.
- (33) A.A. Lisboa de Lima, **A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DAS COLÓNIAS PORTUGUESES SOB A SUPERINTENDÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL**, Tese ao J.º CONGRESSO COLONIAL NACIONAL, *ob. cit.*
- (34) *Idem*, *ibidem*.
- (35) **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DAS TRANSPERÊNCIAS DE ANGOLA**, Lisboa, 1932.
- (36) *Idem*, pág. 7.
- (37) *Idem*, pág. 14.
- (38) *Idem*, pág. 30.
- (39) Para esta questão das obrigações angolanas, vide **SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA CLUF**, Porto, 1974, págs. 10 e segs.
- (40) Quanto à repressão cultural, entre os outros, podem ver-se testemunhos in **COLONIALISMO E LUTAS DE LIBERTAÇÃO** - 1.º CADERNOS SOBRE A GUERRA COLONIAL - Alentejamento, Porto, 1974, pág. 51 e segs.
- (41) Há uma infinidade de relatos desses factos, já publicados, in **MOCAMBIQUE PELO SEU POVO**, Alentejamento, Porto, 3.ª edição, 1974, há cartas de africanos a denunciar estes aspectos do seu quotidiano. Publicarei como tipo de testemunhos na **Introdução a ESCRAVATURA**, *cit.*
- (42) **ANÁLISE SOCIAL DO REGIME DO INDIGENATO**, Beira, s/d.
- (43) Os dados aqui publicados sobre o regime açucarenho foram recolhidos de uma exposição de preços (preços ultramarinos, **OS PREÇOS PAGOS PELA METRÓPOLE**. Para aspectos gerais do colonialismo económico em Angola, vide o cap. 3, **Les données socio-économiques**, in *Mémo de Andrade e Mare Oliver, LA GUERRE EN ANGOLA*, Masspero, 1971, págs. 28 e segs.
- (44) Há referências e transcrições do documento referido in Cunha Leal, **GADANHA DA MORTE**, Lisboa, 1965, cap. 2, **O problema colonial visto de Moçambique**, págs. 175 e segs.
- (45) Pode ver-se uma análise deste período, em Angola, in Basil Davidson, **L'ANGOLA AU COEUR DES TEMPÊTES**, Masspero, 1972, especialmente "L'époque des tracts", págs. 165 e segs.
- (46) *Idem*, pág. 169.
- (47) **DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGUAISES**, Bruxelles, 1970, pág. 30.
- (48) *Idem*, pág. 32.
- (49) **A CONJUNTURA INTERNACIONAL PORTUGUESA**, Lisboa, 1973.
- (50) Sobre o resto como um dos aspectos típicos nas relações económicas do sistema colonial português, vide José Capeta, **O VINHO PARA O PRETO**, Alentejamento, Porto, 1973.
- (51) Para uma compreensão do problema da Cabreg Basso no extremo da África Austral, vide, entre outros, **COLONIALISMO E LUTAS DE LIBERTAÇÃO**, *cit.*, pág. 8-2 e segs. e **Edaardus de Sousa Ferreira, ASPECTOS DO COLONIALISMO PORTUGUES**, Lisboa, 1974, págs. 92 e segs.